

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA



**O IMPACTO DA MERITOCRACIA NAS DECISÕES
SOCIALMENTE CRÍTICAS**

Wilson Rómulo Marques Moreira

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA
(Secção de Cognição Social Aplicada)

2016

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA



**O IMPACTO DA MERITOCRACIA NAS DECISÕES
SOCIALMENTE CRÍTICAS**

Wilson Rómulo Marques Moreira

Dissertação orientada pelo Professor Doutor Rui Costa Lopes

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

(Secção de Cognição Social Aplicada)

2016

Agradecimentos

Aos meus avós que possibilitaram tudo isto.

À Susana por estar sempre presente, nos bons e maus momentos.

Ao José e ao Henrique por todos os anos de amizade e companheirismo.

Ao Mário por acreditar em mim.

Ao Professor Doutor Rui Costa Lopes pela orientação, por todas as dúvidas que me esclareceu e pela sua incessante paciência perante todas as minhas questões.

Ao Professor Doutor José Manuel Palma-Oliveira que me incutiu o gosto pela psicologia social.

A todas as restantes pessoas que me apoiaram ao longo do meu percurso académico.

Índice

Resumo	i
Abstract	ii
I. Introdução	1
1. Meritocracia e decisões socialmente críticas.....	7
2. Meritocracia descritiva e prescritiva.....	9
3. Objetivo e hipóteses	10
II. Estudos experimentais	10
1. <i>Overview</i>	10
2. Estudo I.....	10
2.1. Método	11
2.1.1. Participantes e plano experimental	11
2.1.2. Materiais e procedimento	11
2.2. Resultados.....	13
2.3. Discussão	14
3. Estudo II	16
3.1. Pré-teste	16
3.2. Hipóteses – Estudo II.....	19
3.3. Método	20
3.3.1. Participantes e plano experimental	20
3.3.2. Materiais e procedimento	20
3.4. Resultados.....	21
3.5. Discussão	23
III. Discussão geral	23
1. Limitações	25
2. Sugestões para o futuro	27
3. Conclusões.....	27
Referências bibliográficas	29
Apêndices	36
Anexos	44

Índice de Apêndices

Apêndice I. Correlações entre as afirmações do questionário pós-teste, a saliência da meritocracia e o grau de aceitabilidade do sacrifício de indivíduos de alto estatuto social – Estudo I.....	36
Apêndice II. Correlações entre as afirmações do questionário pós-teste, a saliência da meritocracia e o grau de aceitabilidade do sacrifício de indivíduos de baixo estatuto social – Estudo I	37

Apêndice III. Comparação dos níveis médios de pena, repulsa e percepção da situação de vida dos indivíduos retratados com o ponto médio da escala de Likert – Pré-teste.	38
Apêndice IV. Resultados da ANOVA do impacto da saliência da meritocracia e do grupo social da vítima na aceitabilidade do sacrifício – Estudo II	39
Apêndice V. Correlações entre as afirmações do questionário pós-teste, a saliência da meritocracia e o grau de aceitabilidade do sacrifício de indivíduos de alto estatuto social – Estudo II	40
Apêndice VI. Correlações entre as afirmações do questionário pós-teste, a saliência da meritocracia e o grau de aceitabilidade do sacrifício de toxicodependentes – Estudo II	41
Apêndice VII. Correlações entre as afirmações do questionário pós-teste, a saliência da meritocracia e o grau de aceitabilidade do sacrifício de sem-abrigos – Estudo II	42
Apêndice VIII. Médias da aceitabilidade do sacrifício de um indivíduo, dispostas por gênero e condição experimental – Estudo I.....	43

Índice de Anexos

Anexo I. Conjuntos de palavras utilizados na tarefa de desembaralhamento de frases .	44
Anexo II. Fotografias exibidas aos participantes da condição de alto estatuto social – Estudo I.....	45
Anexo III. Fotografias exibidas aos participantes da condição de baixo estatuto social – Estudo I.....	46
Anexo IV. Afirmações que compõe o questionário pós-teste	47
Anexo V. Fotografias dos indivíduos de alto estatuto social exibidas no pré-teste.....	48
Anexo VI. Fotografias de sem-abrigos exibidas no pré-teste.....	50
Anexo VII. Fotografias de toxicodependentes exibidas no pré-teste	52

Índice de Tabelas

Tabela 1. Médias da aceitabilidade do sacrifício de um indivíduo, dispostas por condição experimental – Estudo I.	14
Tabela 2. Níveis médios de pena e repulsa evocada, dispostos por fotografia, e de percepção da situação de vida dos indivíduos retratados.	17
Tabela 3. Médias da aceitabilidade do sacrifício de um indivíduo, dispostas por condição experimental – Estudo II.	22
Tabela 4. Correlações entre afirmações do questionário pós-teste e a aceitabilidade do sacrifício da vítima – Estudo I.	36
Tabela 5. Correlações entre afirmações do questionário pós-teste e a saliência da meritocracia – Estudo I.....	36
Tabela 6. Correlações entre afirmações do questionário pós-teste e a aceitabilidade do sacrifício da vítima – Estudo I.....	37
Tabela 7. Correlações entre afirmações do questionário pós-teste e a saliência da meritocracia – Estudo I.....	37
Tabela 8. Comparação dos níveis médios de pena, repulsa e percepção da situação de vida dos indivíduos retratados com o ponto médio da escala de Likert usada no pré-teste.....	38

Tabela 9. Análise de variância (ANOVA) da aceitabilidade do sacrifício consoante a saliência da meritocracia e o estatuto social da vítima.	39
Tabela 10. Correlações entre afirmações do questionário pós-teste e a aceitabilidade do sacrifício da vítima – Estudo II.	40
Tabela 11. Correlações entre afirmações do questionário pós-teste e a saliência da meritocracia – Estudo II.	40
Tabela 12. Correlações entre afirmações do questionário pós-teste e a aceitabilidade do sacrifício da vítima – Estudo II.	41
Tabela 13. Correlações entre afirmações do questionário pós-teste e a saliência da meritocracia – Estudo II.	41
Tabela 14. Correlações entre afirmações do questionário pós-teste e a aceitabilidade do sacrifício da vítima – Estudo II.	42
Tabela 15. Correlações entre afirmações do questionário pós-teste e a saliência da meritocracia – Estudo II.	42
Tabela 16. Médias da aceitabilidade do sacrifício de um indivíduo, dispostas por condição experimental – Estudo I, participantes femininas.	43
Tabela 17. Médias da aceitabilidade do sacrifício de um indivíduo, dispostas por condição experimental – Estudo I, participantes masculinos.	43
Tabela 18. Conjuntos de palavras desordenadas que visam salientar a meritocracia e frases correspondentes.	44
Tabela 19. Conjuntos de palavras desordenadas que transmitem conteúdo neutro e frases correspondentes.	44
Tabela 20. Afirmações, relativas à crença na meritocracia, que compõe o questionário pós-teste.	47

Resumo

Todos os dias tomamos decisões. Mais raramente, no entanto, as pessoas vêem-se numa posição em que são obrigadas a tomar decisões socialmente críticas. Decisões socialmente críticas são decisões relativamente a outros que acarretam consequências sérias (e.g. distribuição desigual de recursos materiais ou simbólicos, sofrimento e/ou morte de outras pessoas). Usando dilemas morais como exemplo deste tipo de decisões, esta dissertação analisa o impacto da saliência da norma da meritocracia em decisões socialmente críticas face a membros de grupos de baixo estatuto. Especificamente, foram desenvolvidos dois estudos experimentais em que se manipulou a saliência da norma da meritocracia descritiva e o estatuto da vítima num dilema do trolley. No primeiro estudo, considerou-se os sem-abrigo como grupo de baixo estatuto e os resultados mostraram que, ao contrário do hipotetizado, a meritocracia não levou a decisões mais desfavoráveis face a membros deste grupo. Num segundo estudo, utilizando os toxicodependentes como grupo devidamente pré-testado como grupo de baixo estatuto, os resultados revelam que, efetivamente, a saliência da meritocracia descritiva leva a uma maior aceitabilidade do sacrifício de vítimas de baixo estatuto. Os resultados são discutidos à luz das dinâmicas normativas nas atitudes intergrupais e a sua articulação com as reações emocionais provocadas por diferentes vítimas de diferentes grupos numa situação de dilema moral em que se reflete sobre o valor da vida de cada pessoa.

Palavras-chave: Meritocracia, Decisões socialmente críticas, Dilemas morais, Estereótipos.

Abstract

We make decisions every day. However, less often, people see themselves in a position where they are forced to make socially critical decisions. Socially critical decisions are decisions, regarding others, that involve serious consequences (e.g. unequal distribution of material or symbolic resources, suffering and/or the death of other people). Using moral dilemmas as an example of this type of decisions, this dissertation analyses the impact of the salience of the meritocratic norm on socially critical decisions regarding members of low status groups. Specifically, we conducted two experimental studies in which the salience of the meritocratic descriptive norm was manipulated along with the status of the victim in a trolley dilemma. In the first study, we considered the homeless as a low status group and, contrary to our hypothesis, the results indicated that the salience of the meritocratic norm did not lead to more unfavourable decisions towards members of the low status group. In a second study, using drug addicts as a duly pretested low status group, the results showed that the salience of the meritocratic descriptive norm does lead to a higher acceptability of the sacrifice of victims of low status. The results are discussed in light of the normative dynamics in intergroup attitudes and articulated with the emotional reactions evoked by different victims from different groups in a moral trade-off situation that reflects on the value of each person's life.

Keywords: Meritocracy, Socially critical decisions, Moral dilemmas, Stereotypes.

I. Introdução

Todos os dias tomamos decisões. Decidimos o que vamos vestir, que refeições preparar e como responder às questões que nos são impostas. Contudo, nem todas as decisões são tão banais e quotidianas. Por vezes as pessoas vêem-se numa posição em que são obrigadas a tomar decisões socialmente críticas. Decisões socialmente críticas são decisões relativamente a outros que acarretam consequências sérias (e.g. distribuição desigual de recursos materiais ou simbólicos, sofrimento e/ou morte de outras pessoas).

Os tiroteios policiais são um bom exemplo de uma situação socialmente crítica na qual indivíduos necessitam de tomar rapidamente decisões que podem ter consequências graves. Os polícias enfrentam uma situação complicada quando são chamados ao local de um crime. Podem existir um ou mais potenciais perpetradores, podendo estes estar ou não armados. Em tais situações os polícias necessitam de tomar, em frações de segundo, decisões acerca de como proceder. Não disparar contra um sujeito armado pode levar a que um polícia seja alvejado e disparar contra um sujeito desarmado ou inocente é uma tragédia que pode despoletar a indignação da população.

Um tiroteio policial que ocorreu em 1999, em Nova Iorque, e que resultou na morte de Amadou Diallo, um imigrante africano de 22 anos, após este ter estendido a mão ao bolso e a polícia ter assumido erroneamente que o suspeito estava armado, levantou diversas questões, uma das quais fundamental: teria a polícia, na mesma situação, assumido que o suspeito estava armado se este fosse caucasiano?

De forma a responder a esta questão, foi desenvolvida uma pesquisa que pretendia recriar a experiência vivida pelos polícias que, quando confrontados com um suspeito potencialmente perigoso, têm de decidir se devem ou não disparar. Os investigadores desenvolveram um jogo de computador simples que simula a situação com que um polícia se confronta quando perante um suspeito ambíguo, potencialmente hostil. No referido jogo surgem, em vários contextos inesperados, imagens de indivíduos caucasianos ou negros que estão ou não armados. Pediu-se aos participantes que tomassem a decisão de disparar/não disparar consoante o suspeito estar ou não armado (Correll, Park, Judd, & Wittenbrink, 2002).

Os resultados revelaram que os participantes disparavam mais rapidamente contra os suspeitos armados quando estes eram negros e que decidiam mais rapidamente não disparar contra suspeitos desarmados quando estes eram caucasianos. Quando o tempo

disponível para os participantes tomarem a decisão de disparar/não disparar foi encurtado de 850 milissegundos para 650 milissegundos verificou-se ainda que os participantes disparavam mais frequentemente contra suspeitos desarmados quando estes eram negros e que decidiam não disparar mais frequentemente contra suspeitos armados quando estes eram caucasianos (Correll et al., 2002).

Uma segunda investigação foi desenvolvida, utilizando o mesmo método, para comparar a *performance* de polícias com a de membros da comunidade em termos de velocidade e precisão das decisões tomadas quanto a disparar ou não disparar. Os resultados obtidos sugerem que tanto os polícias quanto os membros da comunidade apresentam alguma dificuldade em processar estímulos incongruentes com os estereótipos e uma maior facilidade (e rapidez) em processar e agir em resposta a estímulos congruentes. Tal como os membros da comunidade, os polícias demoraram mais tempo a tomar a decisão correta quando confrontados com um negro desarmado ou com um caucasiano armado (Correll et al., 2007). Contudo, a análise dos dados mostrou que a *performance* dos polícias em geral excede a dos membros da comunidade. Os membros da comunidade apresentaram uma clara tendência para disparar quando confrontados com suspeitos negros, contrariamente à polícia que não apresentou tal enviesamento nem mesmo quando o tempo disponível para tomar a decisão foi encurtado de 850 milissegundos para 650 milissegundos (Correll et al., 2007).

Estes dados documentando a existência de um *shooter bias* encontram-se em concordância com os resultados obtidos por outros estudos. Por exemplo, as pessoas são mais rápidas a distinguir armas de ferramentas quando expostas a fotografias de faces negras do que quando expostas a fotografias de faces caucasianas (Payne, 2001) e orientam mais a sua atenção para faces negras do que para faces caucasianas quando primadas com o conceito de crime (Eberhardt, Goff, Purdie, & Davies, 2004).

As decisões médicas são outro bom exemplo de decisões socialmente críticas, pois são decisões que afetam outras pessoas (i.e. os pacientes) e que acarretam consequências sérias que podem ir desde o sofrimento dos pacientes à morte dos mesmos, e também estas tendem a ser mais desfavoráveis para indivíduos pertencentes a grupos de baixo estatuto social. Estudos documentam mesmo a existência de disparidades no tratamento médico dado a pacientes com os mesmos sintomas, sendo os caucasianos duas vezes mais propensos que os negros a receber (a objetivamente devida) terapia trombolítica como tratamento para enfartes do miocárdio (Green et al., 2007). Os membros de grupos de baixo estatuto social não são desfavorecidos apenas no tratamento de doenças

cardiovasculares; dados sugerem que são prescritos menos exames médicos a pacientes pertencentes a grupos de baixo estatuto e que estes recebem diagnósticos mais rápidos e tratamentos menos sofisticados, mesmo quando tendo em consideração fatores como rendimento e coberturas das apólices de seguro dos pacientes (Smedley et al., 2002).

Os dilemas morais são também um exemplo, muito paradigmático, de decisões socialmente críticas e são frequentes no nosso dia-a-dia. Quando decidimos, por exemplo, se apoiamos políticas de inserção social que ajudam alguns indivíduos à custa de muitos ou se apoiamos uma guerra que arrisca a vida de soldados, bem como de civis, para o bem da sociedade estamos perante dilemas morais (Cikara, Farnsworth, Harris, & Fiske, 2010).

Mas como decidimos o que é preferível? Maximizando o número de pessoas que beneficiam e minimizando o número de pessoas que sofrem? Em teoria, as regras morais são rígidas. Os dez mandamentos do antigo testamento da Bíblia, por exemplo, incluem proibições inequívocas, tais como, “Não matarás.” Similarmente, o imperativo categórico de Kant é absoluto: “Age apenas de acordo com a máxima que gostarias de ver transformada em lei universal” (Kant, 1785/1959). Na prática, no entanto, as pessoas frequentemente esforçam-se para determinar o que é correto e o que é errado.

As decisões tomadas pelos indivíduos são em parte impulsionadas por enviesamentos intergrupais, tais como o favoritismo endogrupal e a desvalorização dos exogrupos, pois em qualquer dilema as pessoas tentam proteger o seu próprio grupo social – o seu endogrupo – à custa dos exogrupos¹ (Tajfel & Turner, 1986).

Outros fatores afetam a tomada de decisão dos indivíduos quando perante decisões socialmente críticas. O especismo (animal vs. humano), as filosofias políticas abomináveis (e.g. nazi vs. não nazi) e o elitismo (alto estatuto vs. baixo estatuto) são algumas das dimensões que podem influenciar a decisão de um indivíduo que se encontre perante um dilema moral (Cikara et al., 2010).

Um bom exemplo de uma hipotética decisão moral socialmente crítica é o dilema do “trolley”. O referido dilema tem diversas variantes, mas a mais comum é o dilema da alavanca: “Existe um comboio desgovernado a percorrer uma linha férrea. Mais à frente, nessa mesma linha férrea, estão cinco pessoas amarradas e incapazes de se mover. Se puxar esta alavanca o comboio muda de direção e segue outra linha. Contudo, note que

¹ Um endogrupo é um grupo social a que um indivíduo pertence e com o qual se identifica. Por contraste, exogrupos são os grupos sociais a que um indivíduo não pertence e com os quais não se identifica (Tajfel & Turner, 1986).

existe uma pessoa nessa mesma linha. Você tem duas opções: (1) não faça nada, e o comboio matará as cinco pessoas que se encontram na linha principal. (2) puxe a alavanca, desviando o comboio para a outra linha onde este matará uma pessoa. Qual é a escolha correta?”

A filosofia há muito examinou os princípios que as pessoas aplicam quando forçadas a escolher entre alternativas aversivas e não existe um consenso quanto ao quão aceitável é desviar o comboio para a linha onde se encontra apenas uma pessoa. O princípio do utilitarismo (Mill, 1861/1998) afirma que a moralidade de uma ação é determinada pelas suas consequências (e.g. prejudicar alguém é aceitável se tal ato aumentar o bem-estar de um maior número de pessoas), enquanto que o princípio da deontologia (Kant, 1785/1959) indica que a moralidade de uma ação depende da natureza intrínseca da ação (e.g. prejudicar alguém é errado, independentemente das consequências de tal ato).

No dilema supramencionado, puxar a alavanca seria o correto, de acordo com o princípio do utilitarismo, pois causar a morte de uma pessoa inocente é aceitável quando tal ação minimiza o custo total de vidas. Na mesma situação, o princípio da deontologia levar-nos-ia a acreditar precisamente no contrário, não fazer nada seria a decisão mais acertada, pois provocar a morte de uma pessoa inocente é imoral independentemente de quantas vidas possam ser salvas.

Num estudo experimental que utilizou o dilema da ponte² (outra das variantes do dilema do trolley), 88% dos participantes reportaram que sacrificar uma pessoa era inaceitável (Hauser, Cushman, Young, Kang-Xing Jin, & Mikhail, 2007), porém isso não significa que a resposta padrão dos indivíduos perante este tipo de dilemas morais seja guiada pelo princípio da deontologia. A literatura indica que, contrariamente ao que se verifica no dilema da ponte, a maioria dos indivíduos aprovam que se sacrifique uma pessoa para salvar cinco no dilema da alavanca (Cushman, Young, & Hauser, 2006; Greene, Sommerville, Nystrom, Darley, & Cohen, 2001; Petrinovich, O'Neill, & Jorgensen, 1993).

Diversas investigações foram desenvolvidas para tentar perceber por que é que por vezes as pessoas avaliam as ações com base no princípio do utilitarismo, acreditando

² Está numa ponte pedonal a olhar para a linha férrea e vê um comboio aproximar-se. Percebe que os seus travões falharam. Há cinco pessoas amarradas ao carril. Vão morrer, a não ser que tome uma atitude. Um homem gordo está ao seu lado, debruçado na ponte, também a ver o comboio. Se o empurrar, ele vai cair e estatelar-se nos carris. E porque é obeso, o seu corpo irá travar o comboio e assim salvar as cinco pessoas — apesar de ele próprio morrer. Deverá empurrá-lo?

que é moralmente correto sacrificar a vida de uma pessoa para salvar outras vidas, enquanto que noutras vezes essas mesmas pessoas avaliam as ações com base no princípio da deontologia (e.g. Greene, 2007; Greene et al., 2001, 2009; Greene, Nystrom, Engell, Darley, & Cohen, 2004; Greene, Morelli, Lowenberg, Nystrom & Cohen, 2008).

Greene et al. (Greene, 2007; Greene et al., 2001, 2004, 2008, 2009) identificaram um modelo duplo de processamento de decisões morais que postula que os julgamentos morais que realizamos são influenciados por processos cognitivos e afetivos. O referido modelo afirma que estímulos morais evocam reações afetivas imediatas nas pessoas e que depois – caso exista tempo, motivação e recursos suficientes – tais reações são por vezes anuladas pelo processamento cognitivo.

Em poucas palavras, de acordo com o modelo de Greene, as pessoas sentem uma reação emocional negativa, imediata e involuntária quando são confrontadas com um dilema moral onde um indivíduo tem de ser prejudicado para ajudar outros. Se essa reação emocional for suficientemente forte, ou se não houver tempo, motivação ou recursos para que uma deliberação utilitária possa ser tomada, a reação emocional dominará o processo de tomada de decisão, o que resultará num julgamento moral regido pelo princípio deontológico. Porém, quando as condições de processamento são mais favoráveis, as pessoas podem realizar uma análise quanto aos custos e benefícios associados ao ato de prejudicar o indivíduo em questão e tal análise pode resultar num julgamento moral regido pelo princípio utilitarista. O modelo sugere basicamente que os julgamentos deontológicos são movidos por processos emocionais e que os julgamentos utilitaristas são motivados por processos cognitivos.

O modelo de Greene explica com sucesso por que é que a maioria das pessoas apresentam inclinações deontológicas em resposta ao dilema da ponte, apesar de tal não se verificar no dilema da alavanca. A realidade é que o dilema da ponte causa reações emocionais negativas mais fortes (Greene et al., 2009). Existem dois fatores que influenciam a resposta emocional que estes dilemas morais despertam: (1) a intenção do agente (i.e. se o evento prejudicial é visto como um meio para atingir um fim ou se é simplesmente um efeito colateral previsível) e (2) se o agente prejudica a vítima de forma relativamente direta ou pessoal.

No dilema da ponte a intenção do agente é vista como um meio para atingir um fim (i.e. o agente empurra o homem gordo para travar o comboio) e o agente prejudica a vítima de forma direta (i.e. ao invés de puxar uma alavanca, o agente empurra a vítima), pelo que a reação emocional negativa despertada é compreensivelmente mais forte do que

no dilema da alavanca, o que resulta num maior número de julgamentos morais regidos pelo princípio deontológico.

Porém, apesar do modelo de Greene ser empiricamente robusto, podem existir outros fatores que influenciem os julgamentos morais que as pessoas tomam. Quando perante dilemas morais as pessoas apresentam a tendência para tomar decisões que desfavorecem membros de grupos de baixo estatuto (Cikara et al., 2010). Como vimos acima, a literatura inclui consistentemente casos em que a decisão tende a ser mais desfavorável para indivíduos pertencentes a grupos de baixo estatuto social (Cikara et al., 2010; Correll et al., 2002; Correll et al., 2007; Greene et al., 2007).

Já foi referido que as decisões tomadas pelas pessoas quando perante dilemas morais tendem a ser em parte impulsionadas por enviesamentos intergrupais, tais como o favoritismo perante o endogrupo e a desvalorização diferencial dos vários exogrupos (Cikara et al., 2010). Os indivíduos esforçam-se para proteger o seu próprio grupo social à custa dos exogrupos (Tajfer & Turner, 1986; Brewer, 1999). Contudo, as pessoas valorizam mais a vida de membros de uns exogrupos do que de outros (Cuddy, Rock, & Norton, 2007). Existem dados que sugerem que os indivíduos percecionam alguns exogrupos como sendo mais humanos que outros, e por extensão, mais valiosos (Harris & Fiske, 2006, 2009; Haslam, 2006; Leyens et al., 2001).

De acordo com a literatura, quando perante um dilema do trolley, existe uma maior taxa de aceitabilidade quanto a sacrificar um indivíduo para salvar um grupo de pessoas se esse indivíduo pertencer a um exogrupo, mas nem todos os exogrupos são equivalentes (Cikara et al., 2010). As diferenças entre exogrupos são determinadas pelo conteúdo dos estereótipos associados aos mesmos.

Segundo Fiske, Cuddy, Glick e Xu (2002), todos os estereótipos estruturam-se segundo duas dimensões fundamentais: competência e sociabilidade. O que os estudos sobre dilemas morais mostram é que é mais aceitável sacrificar um indivíduo pertencente a um grupo associado a baixa competência do que a alta competência e que a circunstância em que o sacrifício é visto como mais aceitável é aquela que envolve grupos que são verdadeiramente de baixo estatuto (i.e. baixa competência e sociabilidade). Cikara et al. (2010) reportam que perante um dilema do trolley as pessoas consideram mais aceitável sacrificar um indivíduo incompetente do que um indivíduo competente e que consideram menos aceitável salvar um grupo de cinco indivíduos incompetentes com baixa sociabilidade (mais especificamente pessoas sem-abrigo ou toxicodependentes).

1. Meritocracia e decisões socialmente críticas

As situações já referidas são indicação de que as decisões socialmente críticas tendem a ser mais desfavoráveis para membros de grupos de baixo estatuto social independentemente do contexto em que tais decisões são tomadas. Contudo, as investigações têm estado mais focadas em demonstrar a existência desta discriminação ao nível do estatuto do que em explicá-la.

Ainda assim, alguns autores põem a hipótese de que o preconceito e os estereótipos possam explicar, pelo menos parcialmente, a existência de discriminação ao nível do estatuto (e.g. Correll et al., 2002, 2007; Green et al., 2007). O *shooter bias*, por exemplo, é parcialmente explicado pelos estereótipos acerca dos negros, pois estes são mais associados à criminalidade (Correll et al., 2002, 2007). As decisões médicas parecem também suportar esta hipótese, pois estas só são desfavoráveis para indivíduos negros quando os médicos têm preconceito implícito contra os mesmos (Green et al., 2007).

No entanto, a meritocracia é um fator que tem sido demonstrado como relevante para o entendimento de atitudes intergrupais diferenciadas pelo estatuto e que tem sido ignorado pela pesquisa sobre decisões socialmente críticas.

A meritocracia é a norma social de acordo com a qual o estatuto social, as recompensas e os recursos que cada indivíduo possui dependem ou devem depender do trabalho e do esforço individual (Kluegel & Smith, 1986).

A meritocracia, embora vista como uma norma mais típica de sociedades anglo-saxónicas como a americana, não deixa de ser veiculada nas sociedades mais coletivistas como a portuguesa. Em Portugal, apesar da crença em fatores externos ao mérito (e.g. a cunha), o sucesso é pelo menos parcialmente atribuído ao mérito pessoal de cada indivíduo e exemplos disso encontram-se em toda a parte. Os portugueses são regularmente expostos à mensagem de que o sucesso pessoal é possível através de dedicação e talento (e.g. a campanha publicitária do banco Millenium BCP, datada de 2011 e apoiada pelo treinador José Mourinho, que apresentava os *claims* “O nosso trabalho, a nossa paixão” e “Não acredito na sorte. Acredito num trabalho bem feito”).

Porém, a meritocracia, apesar de vista como uma norma importante que regula a sociedade ao definir um critério justo para a distribuição de recursos, é uma norma que tem sido associada a um maior número de justificações de desigualdade (Furnham, 1982; McCoy & Major, 2007) e a maiores níveis de atitudes intergrupais negativas explícitas (Vala, Lima, & Lopes, 2004) e implícitas (Costa-Lopes, Wigboldus, & Vala, 2012).

Apesar da relevância já demonstrada desta variável para o entendimento de relações intergrupais, o estudo das decisões socialmente críticas tem ignorado o potencial explicativo da meritocracia.

Quando se assume que o estatuto social reflete o mérito e o esforço individual de uma pessoa está-se a responsabilizar o indivíduo pelo estatuto que detém, pelo que a crença na meritocracia legítima as diferenças de estatuto existentes entre indivíduos e grupos e ajuda a justificar o *status quo* (McCoy & Major, 2007). Assim, se o estatuto hierárquico é baseado no mérito, uma inferência lógica possível (ainda que falaciosa) é que indivíduos que apresentam um estatuto social mais elevado são mais talentosos, valiosos e trabalhadores (McCoy & Major, 2007). Seguindo essa mesma lógica, é natural que as pessoas assumam a existência de características negativas nos indivíduos de baixo estatuto social, porque, em contextos nos quais a norma da meritocracia é saliente, os indivíduos deixam de ser vistos como vítimas de um sistema discriminatório e passam a ser vistos como responsáveis pela situação negativa em que se encontram. Essa visão poderá estar na base da discriminação das pessoas que apresentam um baixo estatuto social, em situações nas quais se requer que decisões socialmente críticas sejam tomadas, pois o “valor” das pessoas é frequentemente um critério utilizado para fazer distinções que ajudam na tomada de decisão.

As decisões morais são muito provavelmente o domínio onde melhor se pode compreender o impacto da meritocracia nas decisões socialmente críticas. Num *tradeoff* moral, os indivíduos têm tendência a beneficiar alguém importante à custa de alguém que percecionam como menos “valioso”. Tal como vimos acima, quando perante um dilema do trolley, na qual se pede que se indique o quão aceitável é sacrificar uma pessoa para salvar cinco, os participantes reportam que é mais aceitável sacrificar pessoas pertencentes a grupos de baixo estatuto social (Cikara et al., 2010).

É de referir que é subjetivamente visto como mais aceitável sacrificar alguém percecionado como incompetente (Cikara et al., 2010). Uma possível explicação para tal é que as pessoas avaliam o potencial da vida do indivíduo a sacrificar e dos indivíduos que tal sacrifício pode salvar e realizam uma análise custo-benefício (Lenton, 2002). Naturalmente, membros de grupos de baixo estatuto social, especialmente de grupos que apresentem estereótipos de baixa competência e baixa sociabilidade (e.g. os sem-abrigo), são vistos como menos “valiosos” e consequentemente o seu sacrifício é mais aceitável (Cikara et al., 2010).

2. Meritocracia descritiva e prescritiva

Para alguns investigadores (e.g., Latané & Darley, 1970), a noção de normas sociais é demasiado vaga e abstrata para que se possa identificar o seu impacto no comportamento das pessoas. Outros autores acreditam que as normas são uma categoria analítica central necessária para que possamos alcançar uma compreensão profunda sobre a natureza e a função social das atitudes e ações humanas (e.g., Deutsch & Gerard, 1955). Apesar desta falta de consenso, podem-se identificar dois tipos de normas: normas com função descritiva e normas que possuem um carácter prescritivo (Costa-Lopes & Pereira, 2012).

As normas descritivas dizem respeito ao que tipicamente acontece numa sociedade e derivam da forma como as pessoas agem em determinadas situações. Por outro lado, as normas prescritivas caracterizam as normas morais do grupo e a perceção do que a maioria das pessoas aprova ou desaprova, mas não descrevem necessariamente o que acontece (Cialdini, 1993; Cialdini, Kallgren, & Reno, 1991; Cialdini, Reno, & Kallgren 1990; Deutsch & Gerard, 1955), ou seja, referem-se a valores culturais. Em suma, as normas descritivas e prescritivas dizem respeito à distinção entre o que é frequentemente observável e o que se desejaria que fosse frequentemente observável numa sociedade (Costa-Lopes & Pereira, 2012).

A crença na meritocracia tem assim duas variantes e a distinção das mesmas é de extrema importância para o presente estudo. A crença na meritocracia descritiva implica que se acredite que o sucesso e o estatuto social são diretamente proporcionais ao esforço, à habilidade, e à inteligência de cada indivíduo e que todos os outros fatores (e.g. etnia e género) são irrelevantes. Já a crença na meritocracia prescritiva implica que se acredite que o sucesso e o estatuto social deviam ser diretamente proporcionais ao mérito, mas que na prática isso pode não acontecer.

Esta distinção é de extrema importância, pois só a meritocracia descritiva possibilita que se façam inferências acerca do quão responsáveis são os próprios indivíduos pela situação em que se encontram. Já a meritocracia prescritiva, por seu lado, refere-se apenas a um ideal pela qual a sociedade se devia reger e, portanto, não possibilita que se façam inferências acerca do mérito dos outros, pois não podemos julgar alguém com base num princípio regulador da sociedade que eventualmente não existe.

Portanto, a crença na meritocracia (i.e. a presença de uma norma meritocrática descritiva) – e não a crença no ideal da meritocracia – é um fator que deverá estar na base de decisões socialmente críticas desfavoráveis para grupos de baixo estatuto social.

Porém, o efeito da norma da meritocracia em decisões socialmente críticas nunca foi testado e tal lacuna está na base dos objetivos desta dissertação.

3. Objetivo e hipóteses

O objetivo desta dissertação é precisamente testar o impacto da meritocracia em decisões socialmente críticas que envolvam membros de grupos de baixo estatuto. Põe-se a hipótese de que participantes expostos a pistas que salientam o conceito de meritocracia (descritiva) tomarão decisões mais desfavoráveis relativas a membros de grupos de baixo estatuto social do que participantes do grupo de controlo, não expostos a tais pistas. Como hipótese acessória (e de acordo com o já verificado em estudos prévios), prevê-se ainda que as decisões socialmente críticas sejam mais desfavoráveis para grupos de baixo estatuto do que de alto estatuto (independentemente da saliência da meritocracia).

II. Estudos experimentais

1. Overview

Realizámos dois estudos com o intuito de testar as hipóteses supramencionadas. Utilizámos o dilema do trolley em ambos os estudos para simular uma situação hipotética na qual fosse necessário tomar uma decisão socialmente crítica e manipulámos a saliência da norma da meritocracia e o estatuto social da potencial vítima.

2. Estudo I

Este primeiro estudo examinou se, face a um dilema do trolley, a aceitabilidade do sacrifício de um indivíduo para salvar cinco varia consoante o estatuto social do grupo a que a vítima pertence quando o conceito de meritocracia é tornado saliente. É de referir que este estudo não adereçou a tomada de decisão diretamente, mas sim a aceitabilidade da decisão, porque tal permite uma maior reflexão por parte dos participantes e permitiu-nos obter uma maior variabilidade nas respostas, que caso contrário seriam dicotómicas.

2.1. Método

2.1.1. Participantes e plano experimental

Participaram um total de 206 pessoas neste estudo, sendo 51 (24.8%) do sexo masculino e 155 (75.2%) do sexo feminino. A idade dos participantes oscila entre os 18 e os 57 anos ($M = 22.39$; $DP = 5.47$). Os participantes foram aleatoriamente distribuídos pelas condições existentes, sendo que o estudo seguiu um plano experimental entre-sujeitos 2 (Meritocracia: Saliente vs. Não saliente) X 2 (Estatuto social da vítima: Alto vs. Baixo).

2.1.2. Materiais e procedimento

Manipulação da Meritocracia. Recorremos à técnica de *priming* para manipular a saliência do conceito de meritocracia. Um conceito pode ser tornado saliente através de pistas subtis que podem influenciar o pensamento e o comportamento (Bargh, 1989; McCoy & Major, 2007). Esta ativação ou *priming* ocorre sem intenção consciente e pode influenciar fortemente o comportamento quando os indivíduos não têm conhecimento acerca da ativação do conceito e consequentemente não conseguem ter em conta a sua influência.

Tendo em conta as nossas hipóteses, esperávamos que, quando o conceito de meritocracia fosse ativado através de *priming*, a aceitabilidade do sacrifício de uma vítima de baixo estatuto fosse superior comparativamente a uma condição em que a meritocracia não fosse saliente. Esperávamos ainda que, em geral, a aceitabilidade do sacrifício de vítimas de baixo estatuto fosse superior em relação ao sacrifício de vítimas de alto estatuto.

O método escolhido para ativar o conceito de meritocracia foi uma tarefa de desembaralhamento de frases (i.e. *Scrambled Sentence Task*, e.g. Bargh et al., 1996; Srull & Wyer, 1979). As frases criadas para salientar a meritocracia foram concebidas com o objetivo de refletirem e englobarem os aspetos fundamentais da norma, dizendo respeito a meritocracia descritiva.

Durante a tarefa de desembaralhamento de frases foram apresentados aos participantes dezoito conjuntos de seis palavras, estando as palavras dispostas de forma aleatória, e foi-se-lhes pedido que, utilizando as palavras de cada conjunto, construíssem uma frase com sentido utilizando apenas cinco palavras.

Na condição de saliência da meritocracia, dez dos conjuntos de palavras transmitiram mensagens relacionadas com a meritocracia (e.g. “Quem se esforça tem sucesso.”, “As recompensas dependem do esforço.” – ver Tabela 18, Anexo I) e oito dos conjuntos de palavras transmitiram conteúdo neutro (e.g. “Usar uma calculadora poupa tempo.”, “A noite é boa conselheira.” – ver Tabela 19, Anexo I), por forma a tornar a manipulação menos flagrante. Na condição de controlo, todos os dezoito conjuntos transmitiram conteúdo neutro (ver Tabela 19, Anexo I).

Manipulação do estatuto. O estatuto da vítima foi manipulado através da apresentação de uma fotografia que supostamente identificava a potencial vítima a ser sacrificada em prol das outras cinco pessoas. Cada participante observou a fotografia de um membro de um grupo de baixo estatuto ou a fotografia de um membro de um grupo de alto estatuto. Considerou-se baixo e alto estatuto a partir do *Stereotype Content Model* (Fiske et al., 2002), um modelo que organiza estereótipos de grupos sociais recorrendo a duas dimensões sociais: competência e sociabilidade (Fisk, Cuddy, & Glick, 2007). De acordo com este modelo, um grupo de alto estatuto é normalmente percecionado como sendo um grupo que apresenta alta competência e alta sociabilidade (e.g. endogrupo, caucasianos) enquanto que a perceção de competência e sociabilidade dos exogrupos pode variar, sendo que os grupos que transmitem uma perceção de baixa competência e baixa sociabilidade (e.g. sem-abrigos; toxicodependentes) são percecionados como estando no fundo da hierarquia social.

Com base nesta informação decidimos que na condição do dilema do trolley em que se sacrifica uma pessoa pertencente a um grupo de baixo estatuto social a vítima seria um sem-abrigo. Na condição em que se sacrifica uma pessoa pertencente a um grupo de alto estatuto social decidimos que a vítima seria um indivíduo que aparentasse pertencer a um grupo genericamente associado ao alto estatuto (caucasiano, bem vestido, aparência ocidental).

Dilema moral. O dilema do trolley foi apresentado imediatamente após a tarefa de desembaralhamento de frases. A seguinte explicação do dilema do trolley foi fornecida aos participantes: “Uma carruagem descontrolada está a ir na direção de cinco homens que estão na linha de comboio. Se nada for feito, a carruagem vai matar esses cinco homens. Existe uma alavanca que permite mudar a direção da carruagem para outra linha onde está um outro homem. Se a alavanca for acionada, salva-se a vida dos cinco homens na primeira linha, mas o homem na segunda linha irá morrer.”

Após esta explicação, foi exibida aos participantes a fotografia de um sem-abrigo ou de um indivíduo que aparentava pertencer a um grupo de alto estatuto (existiam duas fotografias possíveis para cada uma das condições – ver Anexos II e III) e foi-se-lhes pedido que indicassem, com recurso a uma escala de Likert de nove pontos, quão aceitável achavam que seria acionar a alavanca (1 – Totalmente inaceitável; 9 – Totalmente aceitável).

Por fim, os participantes preencheram um questionário pós-teste que media percepções de meritocracia enquanto norma descritiva e percepções de meritocracia enquanto norma prescritiva. Este questionário pós-teste era composto por seis afirmações relativas à crença na meritocracia (ver Tabela 20, Anexo IV) e foi pedido aos participantes que indicassem o seu grau de concordância, com cada uma das afirmações, utilizando uma escala de Likert de nove pontos (1 – Discordo totalmente; 9 – Concordo totalmente).

A manipulação de meritocracia, por um lado, e o dilema do trolley e a manipulação do estatuto, pelo outro, foram apresentados como dois estudos independentes (cuja junção se devia supostamente a conveniências logísticas).

2.2. Resultados

Numa perspetiva exploratória realizámos uma ANOVA entre-sujeitos a 2 fatores: 2 (Meritocracia: Saliente vs. Não saliente) X 2 (Estatuto social da vítima: Alto vs. Baixo). A análise revelou que o estatuto social do grupo a que a vítima pertence contém um efeito principal ($F(1, 202) = 14.76, p < .01$) – a aceitabilidade do sacrifício de vítimas de alto estatuto é, em média, superior à aceitabilidade do sacrifício de vítimas de baixo estatuto ($M = 5.98; DP = 2.07$ vs. $M = 4.78; DP = 2.38$), independentemente da condição de meritocracia.

Contrariamente ao que prevíamos, não existe variância na aceitabilidade do sacrifício consoante a saliência da norma da meritocracia ($F(1, 202) = 0.43, p = .51$) ou perante a interação entre o estatuto social da vítima e a saliência da norma da meritocracia ($F(1, 202) = 0.09, p = .76$).

Após a ANOVA calculámos os contrastes planeados que ilustravam as hipóteses específicas delineadas, mas não encontramos contrastes significativos para além daquele que ilustra o efeito principal já descrito acima, $B = 1.21; F = 15.08; t(204) = 3.88; p < .01$.

Porém, embora a saliência da norma da meritocracia não tenha causado variância na aceitabilidade do sacrifício, podemos verificar que na condição experimental os

valores de aceitabilidade do sacrifício são superiores, embora não significativamente, aos da condição neutra (ver Tabela 1).

Tabela 1. Médias da aceitabilidade do sacrifício de um indivíduo, dispostas por condição experimental – Estudo I.

Saliência da meritocracia	Estatuto social	Média	Desvio-padrão	Intervalo de confiança a 95%	
				Limite inferior	Limite superior
Não saliente	Baixo estatuto	4.63	2.55	4.02	5.25
	Alto estatuto	5.93	2.01	5.34	6.52
Saliente	Baixo estatuto	4.93	2.20	4.29	5.58
	Alto estatuto	6.04	2.16	5.43	6.65

Todavia, contrariamente ao previsto, os valores de aceitabilidade do sacrifício são ligeiramente superiores na condição experimental independentemente do estatuto social da vítima. As nossas hipóteses previam que, na condição experimental, os valores de aceitabilidade do sacrifício seriam superiores apenas na condição em que a vítima apresentava um baixo estatuto social.

Considerando que os dados recolhidos não foram ao encontro de nenhuma das nossas hipóteses, decidimos procurar correlações entre as afirmações do questionário pós-teste, a saliência da meritocracia e a aceitabilidade do sacrifício consoante o estatuto social da vítima, numa tentativa de explicar os resultados obtidos (ver Apêndice I e II). O cálculo das correlações permitiu-nos encontrar uma relação positiva, significativa, entre a concordância com a afirmação “uma vida vale sempre menos do que cinco vidas” e a aceitabilidade do sacrifício de vítimas de alto, $r(106) = .54, p < .01$ e baixo estatuto social, $r(96) = .63, p < .01$. Contudo, estas correlações não nos ajudam a explicar os resultados obtidos.

2.3. Discussão

Uma vez que as nossas hipóteses não foram suportadas pelos resultados do estudo I, resolvemos olhar mais uma vez para os dados e interpretá-los tendo em conta as bases teóricas nas quais baseámos as nossas previsões. O estatuto social do grupo a que a vítima pertence contém de facto um efeito principal no estudo I, embora na direção oposta ao previsto, pelo que decidimos procurar uma explicação para que as vítimas pertencentes à condição de alto estatuto social sejam mais facilmente sacrificadas do que as vítimas da condição de baixo estatuto social.

O *Stereotype Content Model* (Fiske et al., 2002), a partir do qual escolhemos quais os grupos sociais a utilizar nas condições de baixo e alto estatuto, forneceu-nos a primeira pista necessária para explicar os resultados obtidos. Como já foi referido, este modelo organiza os estereótipos de grupo recorrendo a duas dimensões sociais, a competência e a sociabilidade, descrevendo assim quatro categorias de estereótipos através de um mapeamento 2 (Competência: alta/baixa) X 2 (Sociabilidade: alta/baixa).

Porém o modelo identifica também as respostas emocionais tipicamente associadas a cada uma das categorias de estereótipos existentes. O orgulho é a emoção associada aos grupos que detêm um estereótipo de elevada competência e sociabilidade, ao passo que os grupos que detêm um estereótipo de baixa competência e sociabilidade despertam tipicamente repulsa (Harris & Fiske, 2006). Já as emoções associadas às duas restantes combinações de competência e sociabilidade são ambivalentes: grupos com um estereótipo de alta competência e baixa sociabilidade evocam inveja e grupos com o estereótipo inverso, baixa competência e alta sociabilidade, causam pena (Harris & Fiske, 2006).

O plano experimental do estudo I partiu do pressuposto que as emoções associadas aos grupos utilizados seriam as previstas pelo *Stereotype Content Model*, mesmo apesar do contexto cultural português ser diferente do americano, pelo que as emoções despertadas pelas fotografias às quais os participantes foram expostos não foram pré-testadas. Todavia, sabemos que as emoções têm um papel crítico nas decisões que tomamos quando perante dilemas morais (Ugazio, Lamm, & Singer, 2012), sendo que alguns investigadores sugerem mesmo que as decisões morais são largamente influenciadas por intuições de natureza emocional (Haidt, 2001; Prinz, 2006; Schnall, Haidt, & Clore, 2008; Wheatley & Haidt, 2005).

A repulsa em particular é uma emoção que se encontra especificamente ligada às decisões morais (Ugazio, Lamm, & Singer, 2012) e diversas investigações demonstraram até que a indução de repulsa nas pessoas resulta em decisões morais mais severas (e.g. Schnall et al., 2008; Wheatley & Haidt, 2005). No entanto, como as emoções evocadas pelas fotografias utilizadas no estudo I não foram pré-testadas, não temos forma de saber se os participantes da condição de baixo estatuto social sentiram repulsa, como previsto pelo *Stereotype Content Model*, ou se sentiram outra emoção que possa explicar os resultados que obtivemos. No fim de contas, se os julgamentos morais que realizamos são influenciados por processos cognitivos e afetivos (Greene, 2007; Greene et al., 2001, 2004, 2008, 2009), faz sentido que da mesma forma que a repulsa resulta em decisões

morais mais severas também outras emoções possam ter o efeito contrário, diminuindo a severidade das decisões morais. Resolvemos assim efetuar um segundo estudo para o qual realizámos um pré-teste com o objetivo de encontrar fotografias de indivíduos claramente percecionados como pertencendo a grupos de alto ou baixo estatuto social e que evoquem as emoções tipicamente experienciadas face a cada um desses tipos de grupo.

3. Estudo II

3.1. Pré-teste

O *Stereotype Content Model* (Fiske et al., 2002) considera que a repulsa é a emoção tipicamente experienciada face a membros de grupos sociais que são verdadeiramente vistos como sendo de baixo estatuto. No entanto suspeitávamos que as fotografias de sem-abrigo utilizadas na condição de baixo estatuto social do estudo I não despertam repulsa, mas sim outra emoção que diminui o grau de aceitabilidade do sacrifício da vítima (i.e. pena)³. Decidimos por isso incluir no pré-teste não apenas fotografias de membros de grupos já utilizados no estudo I, mas também fotografias de membros de um grupo que mais facilmente evocasse repulsa: toxicodependentes.

Em suma, os participantes do pré-teste foram expostos a doze fotografias de indivíduos pertencentes a três grupos sociais distintos: (1) grupo de alto estatuto social, (2) sem-abrigos e (3) toxicodependentes, pois apresentámos quatro fotografias para cada um desses grupos (ver Anexos V, VI e VII). Pedimos aos participantes que indicassem para cada fotografia, com recurso a escalas de Likert de onze pontos, quão boa lhes parecia ser a situação de vida da pessoa retratada (0 – É uma péssima situação de vida; 10 – É uma ótima situação de vida), bem como em que medida a fotografia lhes despertava alegria, inveja, repulsa, pena, medo, raiva, tristeza e vergonha (0 – Não desperta minimamente; 10 – Desperta completamente).

Estávamos interessados em medir apenas a pena e a repulsa evocadas por cada fotografia e a perceção da situação de vida dos indivíduos retratados, mas incluímos no pré-teste as restantes emoções acima listadas de forma a tornar o objetivo do mesmo menos óbvio.

³ Suspeitamos que os sem-abrigo possam ter sido vistos como refugiados. Os refugiados, em termos de aparência, distinguem-se pouco dos sem-abrigo e a atual crise dos refugiados conduz à presença generalizada dos mesmos nos nossos meios de comunicação, o que poderá facilitar a referida associação.

Só estávamos interessados em medir essas três variáveis porque decidimos que os indivíduos retratados nas fotografias apresentadas aos participantes na condição de alto estatuto social do estudo II devem (1) transmitir uma percepção de situação de vida acima da média e (2) não devem evocar pena (3) nem repulsa e que os indivíduos retratados nas fotografias apresentadas aos participantes na condição de baixo estatuto social do estudo II devem pertencer a um grupo que (1) transmita uma percepção de situação de vida negativa (i.e. significativamente abaixo do ponto médio da escala), (2) evoque repulsa e (3) não evoque pena. Os resultados do pré-teste podem ser vistos na tabela abaixo apresentada.

Tabela 2. Níveis médios de pena e repulsa evocada, dispostos por fotografia, e de percepção da situação de vida dos indivíduos retratados.

Fotografia	Situação de vida		Repulsa		Pena	
	Média	Desvio-padrão	Média	Desvio-padrão	Média	Desvio-padrão
Alto estatuto I*	6.15	1.23	.65	1.35	1.15	2.01
Alto estatuto II*	7.45	1.28	.40	1.05	.15	.49
Alto estatuto III*	6.45	1.61	.65	1.57	.20	.70
Alto estatuto IV*	6.90	2.10	.30	.80	.30	.80
Sem-abrigo I**	.85	1.23	1.80	2.71	6.95	3.14
Sem-abrigo II**	.75	.91	1.65	2.25	5.75	3.58
Sem-abrigo III**	.90	1.12	1.05	1.85	5.95	3.50
Sem-abrigo IV**	.60	.82	.95	1.93	6.45	3.30
Toxicodependente I***	.90	1.25	6.05	3.44	5.45	3.78
Toxicodependente II***	.85	1.27	5.30	3.56	5.40	3.42
Toxicodependente III***	.35	.67	5.15	3.08	5.20	3.66
Toxicodependente IV***	1.60	1.67	4.45	3.33	4.85	3.59

Nota: N = 20. *Ver Anexo V; **Ver Anexo VI; ***Ver Anexo VII.

Tal como pretendíamos, a situação de vida dos indivíduos de aparente alto estatuto social foi avaliada como estando significativamente acima do ponto médio e os níveis de pena e repulsa evocados pelos mesmos encontram-se significativamente abaixo do ponto médio (ver Tabela 8, Apêndice III). Por outro lado, contrariamente ao desejado, embora a situação de vida dos sem-abrigo tenha sido avaliada como estando significativamente abaixo do ponto médio, o nível de repulsa perante os sem-abrigo está também significativamente abaixo do mesmo e o nível de pena encontra-se no ponto médio

(exceção feita à fotografia “Sem-abrigo I” que desperta níveis de pena significativamente acima do ponto médio – ver Tabela 8, Apêndice III).

Segundo o *Stereotype Content Model* (Fiske et al., 2002), o nível de repulsa perante os sem-abrigo deveria estar ou no ponto médio ou significativamente acima do mesmo, enquanto que o nível de pena deveria estar significativamente abaixo do ponto médio, todavia isso não se verifica. Estes dados parecem suportar indiretamente a nossa suspeita de que os resultados do estudo I podem ser pelo menos parcialmente explicados pela influência de uma emoção que diminuiu a severidade das decisões morais e levam-nos a crer que essa emoção possa ter sido pena.

Numa perspetiva importante para a continuação do estudo, os níveis de repulsa evocados pelos toxicodependentes encontram-se no ponto médio (ver Tabela 8, Apêndice III), embora o ideal fosse estarem acima do mesmo. Ainda assim, podemos afirmar que os toxicodependentes evocam muito mais repulsa do que os sem-abrigo ($F(2, 117) = 45.84, p < .01$) e os membros do grupo de alto estatuto ($F(2, 117) = 52.14, p < .01$). Tal como esperado, a situação de vida dos toxicodependentes foi avaliada como estando significativamente abaixo do ponto médio (ver Tabela 8, Apêndice III). É, no entanto, de denotar que os toxicodependentes também evocam pena. Os níveis de pena evocados pelos toxicodependentes encontram-se também no ponto médio (ver Tabela 8, Apêndice III), sendo que não há uma diferença significativa entre a pena evocada pelos sem-abrigo e toxicodependentes ($F(1, 78) = .290, p = .59$).

É importante notar que nem os sem-abrigo nem os toxicodependentes cumprem os três critérios que definimos para a escolha do grupo representado na condição de baixo estatuto social do estudo II. Queríamos que o grupo escolhido (1) transmitisse uma perceção de situação de vida negativa, (2) evocasse repulsa e (3) não evocasse pena, mas os sem-abrigo não evocam repulsa e evocam pena e os toxicodependentes evocam repulsa e pena (ver Tabela 8, Apêndice III). A solução que encontramos para esta situação foi incluir duas condições de baixo estatuto social no estudo II, uma para os sem-abrigo e outra para os toxicodependentes. O raciocínio que nos levou a acrescentar uma segunda condição de baixo estatuto social encontra-se explicado adiante.

Resolvemos assim incluir no estudo II duas fotografias de cada um dos grupos que incluímos no pré-teste (pois mais uma vez pretendíamos que existissem duas fotografias para cada condição de forma a controlar eventuais efeitos de fotografias específicas). Todas as fotografias do grupo de alto estatuto cumprem os três critérios que definimos para a inclusão na condição de alto estatuto social. Acabámos assim por

escolher as fotografias “Alto estatuto III” e “Alto estatuto IV” (ver Anexo V), pois as duas restantes já tinham sido utilizadas no estudo I. No que diz respeito aos sem-abrigo, nenhuma das fotografias desperta repulsa (ver Tabela 8, Apêndice III), pelo que decidimos incluir as duas fotografias que evocam menos pena (ver Tabela 2), nomeadamente a “Sem-abrigo II” e “Sem-abrigo III” (ver Anexo VI). Selecionar as fotografias dos toxicodependentes foi mais complicado, pois as fotografias que evocam mais repulsa são também as que evocam mais pena (ver Tabela 2), pelo que foi necessário decidir se preferíamos que as fotografias evocassem mais repulsa ou menos pena. Considerando que a repulsa é a emoção que, de acordo com o *Stereotype Content Model* (Fiske et al., 2002), deve estar associada a grupos verdadeiramente de baixo estatuto social, optámos por incluir as fotografias “Toxicodependente I” e “Toxicodependente II” (ver Anexo VII), que evocam mais repulsa.

3.2. Hipóteses – Estudo II

Este segundo estudo também examinou se, face a um dilema do trolley, a aceitabilidade do sacrifício de um indivíduo para salvar cinco varia consoante o estatuto social do grupo a que a vítima pertence quando o conceito de meritocracia é tornado saliente. As hipóteses do presente estudo são as mesmas do estudo I, sendo que mais uma vez pomos a hipótese de que os participantes tomarão decisões mais desfavoráveis face ao grupo de baixo estatuto social (toxicodependentes) na condição de meritocracia saliente. Mantemos ainda a previsão de que, utilizando agora um grupo verdadeiramente de baixo estatuto (i.e. que evoca repulsa), as decisões socialmente críticas serão mais desfavoráveis para o grupo de baixo estatuto do que para o grupo de alto estatuto (independentemente da saliência da meritocracia).

Contudo, como já foi referido, o plano experimental deste estudo contém uma nova condição: em vez de um, existem dois grupos de baixo estatuto social: sem-abrigos e toxicodependentes.

Os toxicodependentes foram incluídos na condição de baixo estatuto social porque, apesar de não cumprirem os três critérios que definimos no pré-teste, evocam repulsa e têm um estereótipo de baixa competência e sociabilidade. Quanto aos sem-abrigo, optámos por inclui-los, apesar de não evocarem repulsa (ver Tabela 2), por duas razões: (1) continuam a pertencer a um grupo social associado a baixa competência e sociabilidade (Cikara et al., 2010) e (2) a sua inclusão faz sentido por uma questão de controlo. Se os resultados obtidos no primeiro estudo forem devido aos sem-abrigo não

causarem repulsa, então, neste estudo, a aceitabilidade do sacrifício de toxicodependentes deverá suportar as nossas hipóteses. Caso essas hipóteses se verificassem e não incluíssemos os sem-abrigo no estudo II, não haveria forma de determinar se as diferenças entre os resultados obtidos em ambos os estudos se deviam ao facto dos toxicodependentes evocarem repulsa ou a idiossincrasias da nova amostra de participantes. Incluímos assim o grupo dos sem-abrigo de forma a provar que as nossas hipóteses continuam a não se verificar face a este grupo e que a diferenças nos resultados se devem às características do novo grupo de baixo estatuto social – os toxicodependentes.

3.3. Método

3.3.1. Participantes e plano experimental

Participaram um total de 141 pessoas neste estudo, sendo 36 (25.5%) do sexo masculino e 105 (74.5%) do sexo feminino. A idade dos participantes oscila entre os 18 e os 63 anos ($M = 25.40$; $DP = 7.09$). Os participantes foram aleatoriamente distribuídos pelas condições existentes, sendo que o estudo seguiu um plano experimental entre-sujeitos 2 (Meritocracia: Saliente vs. Não saliente) X 3 (Grupo social da vítima: Alto estatuto vs. Toxicodependente vs. Sem-abrigo). Os participantes receberam um cheque oferta Edenred Compliments® no valor de 5€.

3.3.2. Materiais e procedimento

O procedimento do estudo II foi semelhante ao utilizado no primeiro estudo. Utilizámos a mesma tarefa de desembaralhamento de frases como *prime* (Ver Tabelas 18 e 19, Anexo I) e a manipulação do estatuto foi mais uma vez efetuada através da apresentação, aos participantes, de fotografias das potenciais vítimas. A apresentação das fotografias decorreu novamente durante o dilema do trolley e após responderem ao referido dilema, os participantes voltaram a preencher o questionário pós-teste já empregue no estudo I (ver Tabela 20, Anexo IV). As únicas diferenças efetivas entre ambos os estudos são que neste estudo selecionámos as fotografias das potenciais vítimas através de um pré-teste e acrescentámos a condição “toxicodependentes” relativa ao grupo social da vítima.

3.4. Resultados

Começámos por realizar uma ANOVA entre-sujeitos a 2 fatores: 2 (Meritocracia: Saliente vs. Não saliente) X 3 (Grupo social da vítima: Alto estatuto vs. Toxicodependente vs. Sem-abrigo) que não revelou nenhum efeito principal ou interação (ver Tabela 9, Apêndice IV). Decidimos, por isso, realizar os contrastes planeados que ilustravam as hipóteses específicas delineadas para investigar de forma mais aprofundada as diferenças existentes entre as médias de aceitabilidade do sacrifício da vítima nas várias condições.

A análise dos contrastes permitiu-nos apurar que, tal como previsto, o sacrifício de toxicodependentes é mais aceitável na condição de meritocracia saliente. O contraste entre as médias de aceitabilidade do sacrifício de um toxicodependente, consoante a saliência da meritocracia, é marginalmente significativo, $B = 1.13$; $F = 2.80$; $t(41) = 1.67$; $p = .10$, indicando uma maior aceitabilidade do sacrifício de toxicodependentes na condição de meritocracia saliente ($M = 6.23$; $DP = 2.27$) do que na condição neutra ($M = 5.10$; $DP = 2.20$). Este padrão não se verifica quando a vítima aparenta pertencer a um grupo de alto estatuto social.

É ainda relevante referir que, na condição de meritocracia saliente, sacrificar toxicodependentes ($M = 6.23$; $DP = 2.27$) é tão aceitável quanto sacrificar indivíduos de aparente alto estatuto social ($M = 6.23$; $DP = 2.43$), $B = 0$; $F = 0$; $t(42) = 0$; n.s. Por outro lado, na condição de meritocracia não saliente, é ligeiramente mais aceitável sacrificar pessoas de aparente elevado estatuto social ($M = 5.88$; $DP = 2.59$) do que toxicodependentes ($M = 5.10$; $DP = 2.20$), mas a diferença entre os valores não é significativa, $B = -.78$; $F = 1.18$; $t(43) = -1.09$; n.s.

Quanto aos sem-abrigo, na condição de meritocracia saliente, é menos aceitável sacrificar sem-abrigos ($M = 5.08$; $DP = 2.12$) do que membros do grupo de alto estatuto social ($M = 6.23$; $DP = 2.43$) ou toxicodependentes ($M = 6.23$; $DP = 2.27$). Os contrastes entre as médias são marginalmente significativos ($B = 1.15$; $F = 3.08$; $t(46) = 1.75$; $p = .09$ e $B = .58$; $F = 3.30$; $t(46) = 1.82$; $p = .08$, respetivamente). Por outro lado, na condição de meritocracia não saliente, é menos aceitável sacrificar sem-abrigos ($M = 5.23$; $DP = 1.80$) do que pessoas de alto estatuto social ($M = 5.88$; $DP = 2.59$), mas é mais aceitável sacrificar sem-abrigos do que toxicodependentes ($M = 5.10$; $DP = 2.20$). No entanto, os contrastes entre as médias não são significativos ($B = .64$; $F = 1.06$; $t(48) = 1.03$; n.s. e $B = -.07$; $F = .06$; $t(45) = -.24$; n.s., respetivamente).

Conforme já foi referido, a única diferença, encontrada no pré-teste, entre sem-abrigos e toxicodependentes é que o segundo grupo evoca repulsa, no entanto a saliência

da meritocracia aumenta a aceitabilidade do sacrifício dos toxicodependentes e diminui a aceitabilidade do sacrifício dos sem-abrigo (embora não significativamente $B = -.15$; $F = .08$; $t(50) = -.28$; n.s.). Estas flutuações na aceitabilidade do sacrifício de sem-abrigos e toxicodependentes parecem indicar que, quando o conceito de meritocracia é saliente, a repulsa aumenta a aceitabilidade do sacrifício ou anula o efeito da pena na tomada de decisões socialmente críticas (para uma posição contrária ver Johnson et al., 2016). Como ambos os grupos de baixo estatuto despertam pena não temos forma de apurar qual das duas conclusões ocorre ou se ambas ocorrem, visto não serem mutuamente exclusivas.

É, no entanto, ainda importante mencionar que a nossa previsão de que o sacrifício de toxicodependentes seria sempre mais aceitável do que o sacrifício de pessoas de aparente elevado estatuto social não é suportada pelos dados. O contraste global entre a média da aceitabilidade do sacrifício dos membros do grupo de alto estatuto ($M = 6.04$; $DP = 2.49$) e a média da aceitabilidade do sacrifício de toxicodependentes ($M = 5.67$; $DP = 2.27$) não é significativo, $B = -.37$; $F = .53$; $t(87) = -.73$; n.s.

Tabela 3. Médias da aceitabilidade do sacrifício de um indivíduo, dispostas por condição experimental – Estudo II.

Saliência da meritocracia	Grupo social	Média	Desvio-padrão	Intervalo de confiança a 95%	
				Limite inferior	Limite superior
Não saliente	Alto estatuto	5.88	2.59	4.97	6.79
	Sem-abrigo	5.23	1.80	4.37	6.10
	Toxicodependente	5.10	2.20	4.13	6.06
Saliente	Alto estatuto	6.23	2.43	5.29	7.17
	Sem-abrigo	5.08	2.12	4.21	5.94
	Toxicodependente	6.23	2.27	5.29	7.17

Numa perspetiva exploratória, procurámos ainda correlações entre as afirmações do questionário pós-teste, a saliência da meritocracia e o grau de aceitabilidade do sacrifício consoante o estatuto social da vítima (ver Apêndice V, VI e VII). À semelhança do que aconteceu no primeiro estudo, encontrámos uma relação positiva, significativa, entre a concordância com a afirmação “uma vida vale sempre menos do que cinco vidas” e a aceitabilidade do sacrifício da vítima, sendo que a correlação está sempre presente quer a vítima pertença a um grupo de alto estatuto, $r(48) = .56$, $p < .01$, quer seja um toxicodependente, $r(41) = .66$, $p < .01$, ou um sem abrigo, $r(50) = .50$, $p < .01$.

3.5. Discussão

Os resultados obtidos parecem sustentar a hipótese de que a meritocracia leva a decisões mais desfavoráveis para membros de grupos de baixo estatuto social, pois o sacrifício de toxicodependentes (o único grupo social que, neste estudo, tem um estereótipo de baixa competência e sociabilidade e desperta repulsa) é de facto mais aceitável na condição de meritocracia saliente. Os resultados parecem também estar em conformidade com o já referido modelo duplo de processamento de decisões morais (Greene, 2007; Greene et al., 2001, 2004, 2008, 2009), pois os resultados parecem indiciar que os julgamentos morais realizados pelos participantes foram influenciados por processos cognitivos e afetivos.

A influência dos processos afetivos, prevista pelo modelo de Greene, ajuda-nos a explicar algumas das incongruências entre os resultados e as nossas previsões, mas é necessário referir que os resultados deste segundo estudo parecem ainda sugerir que a meritocracia parece interagir com as emoções despoletadas pelos indivíduos envolvidos no *tradeoff* moral. Esta é uma descoberta inesperada, mas o facto do sacrifício de sem-abrigos e toxicodependentes ser pouco aceitável na condição de meritocracia não saliente, apesar do sacrifício de toxicodependentes ser significativamente mais aceitável do que o de sem-abrigos na condição de meritocracia saliente, parece indicar que a repulsa perante os toxicodependentes não é, por si só, suficiente para que o julgamento moral dos participantes deixe de se reger pelo princípio deontológico, mas que em conjunto com a saliência da meritocracia já o é.

Finalmente, é importante referir que os resultados suportam ainda a suspeita de que, perante um dilema moral, a pena é uma emoção suficientemente forte para dominar o processo de tomada de decisão. Acreditamos que é a influência desta emoção que leva a que o sacrifício de indivíduos de alto estatuto social seja tão ou mais aceitável que o de sem-abrigos e toxicodependentes.

III. Discussão geral

Propusemos que a saliência da meritocracia leva a decisões socialmente críticas mais desfavoráveis para grupos de baixo estatuto social. No primeiro estudo a aceitabilidade do sacrifício da vítima é, independentemente do seu estatuto social, mais

elevada na condição de meritocracia saliente, mas o sacrifício de indivíduos de alto estatuto social é sempre mais aceitável do que o de membros de grupos de baixo estatuto social. Suspeitamos que esses resultados são consequência de uma variável estranha com a qual não contamos, a pena que os sem-abrigo despertam nos participantes. No âmbito do segundo estudo realizámos um pré-teste de forma a identificar as emoções que as potenciais vítimas do sacrifício despertam nas pessoas. Com base nisso, identificámos os toxicod dependentes como o exemplo paradigmático de grupo de baixo estatuto no sentido estrito definido nesta investigação – um grupo que é percebido como possuindo baixa competência e baixa sociabilidade e que evoca repulsa. Assim, e utilizando este novo grupo numa nova condição experimental, demonstrámos que a saliência da meritocracia leva efetivamente a decisões mais desfavoráveis face a grupos de baixo estatuto.

Os resultados do segundo estudo sugerem ainda que a repulsa não é, por si só, suficiente para que as pessoas se deixem de reger por considerações deontológicas e que a pena é uma emoção suficientemente forte para influenciar e dominar o processo de tomada de decisão, até mesmo quando tal decisão tem consequências sérias como o sofrimento e morte de terceiros.

Reportamos ainda que, após a realização do estudo II, e em análises secundárias exploratórias, detetámos, no primeiro estudo, a existência de um efeito de interação entre os fatores inicialmente considerados e a variável género; i.e. existe um efeito de interação entre o género dos participantes, a saliência da meritocracia e o estatuto social da vítima⁴. As mulheres consideram o sacrifício de membros de grupos de baixo estatuto social mais aceitável na condição de meritocracia saliente do que na condição de meritocracia não saliente, mas o mesmo não acontece com os homens (ver Tabelas 16 e 17, Apêndice VIII). Os homens consideram o sacrifício de membros de grupos de baixo estatuto social menos aceitável na condição de meritocracia saliente do que na condição de meritocracia não saliente (ver Tabelas 16 e 17, Apêndice VIII). Contrariamente ao que acontece com os homens, as mulheres consideram ainda o sacrifício de indivíduos de alto estatuto social menos aceitável na condição de meritocracia saliente (ver Tabelas 16 e 17, Apêndice VIII). Ainda assim, provavelmente devido à pena despertada pelos sem-abrigo, tanto homens como mulheres consideram que o sacrifício de membros de grupos de baixo

⁴ Uma ANOVA 2 (Género dos participantes: Masculino vs. Feminino) X 2 (Meritocracia: Saliente vs. Não saliente) X 2 (Estatuto social da vítima: Alto vs. Baixo) revelou o efeito de interação entre o género dos participantes, a saliência da meritocracia e o estatuto social da vítima ($F(1, 198) = 23.79, p = .03$).

estatuto social é menos aceitável do que o sacrifício de indivíduos de alto estatuto (ver Tabelas 16 e 17, Apêndice VIII).

No segundo estudo o efeito de interação entre o gênero dos participantes, a saliência da meritocracia e o estatuto social da vítima não é significativo⁵, pelo que não podemos retirar conclusões. No entanto, é importante referir que o estudo I e II não têm amostras equilibradas no que toca ao gênero dos participantes (como só encontramos o referido efeito de interação após realizarmos o segundo estudo, não controlámos a distribuição de géneros), pelo que futuramente uma replicação que tenha em atenção a homogeneidade da amostra, poderá ser importante para investigar o efeito encontrado.

1. Limitações

O desequilíbrio da amostra relativamente ao gênero dos participantes é uma grande limitação para os dois estudos realizados, mas não é a única. Ambos os estudos têm duas outras limitações comuns a quase toda a investigação envolvendo dilemas morais.

Em primeiro lugar, os estudos que recorrem a dilemas como o do trolley têm pouca validade externa. O dilema do trolley é, atualmente, um dos dilemas morais mais conhecidos, pois está presente tanto na literatura como na imprensa geral, onde é frequentemente destacado de forma proeminente (Bauman, McGraw, Bartels, & Warren, 2014). Todavia, a artificialidade do dilema pode levar a que as pessoas o encarem de forma leviana e a que, por isso, divirjam do curso de ação que tomariam caso a situação fosse mais realista (Bauman, McGraw, Bartels, & Warren, 2014).

Os dilemas morais que envolvem sacrifícios têm frequentemente baixo realismo experimental, quotidiano e psicológico (Aronson, Wilson, & Brewer, 1998), e o dilema do trolley não é exceção. O realismo experimental diz respeito a quão bem o método faz com que os participantes levem o estudo a sério. O dilema do trolley tem pouco realismo experimental porque as pessoas consideram-no divertido ao invés de sério (Bauman, McGraw, Bartels, & Warren, 2014). O realismo quotidiano refere-se a quão provável é que os eventos de um estudo se assemelhem a eventos com que os participantes são confrontados no seu dia-a-dia. É difícil imaginarmos que a situação descrita no dilema do trolley ocorra na realidade (Bennis, Medin, & Bartels, 2010; Hare, 1981). Por fim, o

⁵ Uma ANOVA 2 (Gênero dos participantes: Masculino vs. Feminino) X 2 (Meritocracia: Saliente vs. Não saliente) X 3 (Grupo social da vítima: Alto estatuto vs. Toxicodependente vs. Sem-abrigo) revelou que o efeito de interação entre o gênero dos participantes, a saliência da meritocracia e o estatuto social da vítima não era significativo ($F(1, 129) = .61, p = .54$).

realismo psicológico faz alusão aos processos mentais. Um estudo com elevado realismo psicológico despoleta nos participantes os mesmos processos mentais que seriam desencadeados numa situação real e análoga. O dilema do trolley apresenta um baixo realismo psicológico, porque a implausibilidade da situação que descreve dissocia a reprovação moral dos julgamentos de imoralidade (Bennis et al., 2010; Hare, 1981).

Em segundo lugar, o dilema do trolley, tal como a maioria dos restantes dilemas morais utilizados em contexto de investigação, necessita que os participantes aceitem as assunções inerentes ao mesmo (Bennis et al., 2010). Por exemplo, o dilema da ponte requer que os participantes aceitem que, naquele contexto, empurrar o homem obeso para os carris é suficiente para travar o comboio e salvar as cinco pessoas.

Apesar destas limitações derivadas da utilização do dilema do trolley, os manuais de psicologia recorrem ao dilema em explicações acerca de julgamentos morais (e.g. Myers, 2010; Schacter, Gilbert, & Wegner, 2011) e muitos investigadores continuam a recorrer ao dilema nos seus estudos (e.g. Cikara et al., 2010; Greene, 2007; Greene et al., 2001, 2009; Greene, Nystrom, Engell, Darley, & Cohen, 2004; Greene, Morelli, Lowenberg, Nystrom & Cohen, 2008). Ainda assim, a utilização do dilema em ambos os estudos que realizámos pode pôr em causa a validade externa dos mesmos, pelo que os resultados encontrados podem não ser generalizáveis a situações mais abrangentes e realistas.

Os dois estudos têm também limitações que não são derivadas da utilização do dilema do trolley. Nenhum dos estudos estudou diretamente o impacto da saliência da meritocracia na tomada de decisão. Ao invés disso, ambos os estudos estudaram o impacto de tal variável na aceitabilidade do sacrifício. Adereçar a aceitabilidade do sacrifício ao invés da tomada de decisão em si permitiu-nos ter uma maior variabilidade de respostas que caso contrário seriam dicotómicas, mas esta é uma abordagem indireta ao fenómeno da tomada de decisão.

Finalmente, na condição em que se sacrifica uma pessoa pertencente a um grupo de alto estatuto social, existe a possibilidade da vítima ser vista ou não como um membro do endogrupo. Esse aspeto não foi controlado e por isso não sabemos se os participantes de facto viram as vítimas da condição de alto estatuto como membros do seu endogrupo. As dinâmicas de decisão são diferenciadas dependendo de a vítima pertencer ao endogrupo ou a um exogrupo, pelo que o acesso a esta informação teria sido importante.

2. Sugestões para o futuro

Ainda que tenhamos tentado controlar o máximo de variáveis estranhas possíveis, não conseguimos encontrar um grupo de baixo estatuto social que despoletasse repulsa e, simultaneamente, não evocasse pena. Assim sendo, não podemos garantir que os níveis de aceitabilidade do sacrifício de toxicodependentes só foram influenciados pela saliência da meritocracia e pela repulsa. Para além disso, como nenhum dos grupos sociais a que recorremos desperta repulsa sem causar pena, não nos é possível fazer assunções claras acerca do efeito da interação entre as emoções e a saliência da meritocracia na aceitabilidade do sacrifício. Uma replicação do primeiro estudo ajudaria a colmatar estas falhas se, ao invés de sem-abrigo, o estudo recorresse a um outro grupo de baixo estatuto social que evocasse repulsa e não causasse pena.

Sugerimos ainda que estudos futuros acerca do impacto da meritocracia nas decisões socialmente críticas procurem controlar a distribuição das suas amostras no que diz respeito ao género, de forma a investigarem o efeito de interação entre o género dos participantes, a saliência da meritocracia e o estatuto social da vítima, que parece sugerir que ou a norma da meritocracia ou as emoções evocadas pelas vítimas afetam de forma distinta os julgamentos morais realizados por homens e mulheres. O referido efeito foi encontrado no primeiro estudo, mas não está presente no estudo II, pelo que investigar a sua consistência pode também ser relevante.

Por fim, sugerimos ainda que investigações futuras recorram a outro tipo de cenários (e.g. *shooter bias paradigm*) e outros dilemas morais (e.g. dilema de Heinz), para além do dilema do trolley, de forma a clarificar o impacto da meritocracia num espectro mais alargado de decisões socialmente críticas.

3. Conclusões

A presente investigação representa um avanço no estudo das causas da discriminação ao nível do estatuto e no estudo da tomada de decisão perante dilemas morais. Em primeiro lugar, encontrámos dados que sugerem que a meritocracia leva a decisões mais desfavoráveis para membros de grupos de baixo estatuto social. Em segundo lugar, obtivemos resultados que apoiam os pressupostos do modelo duplo de processamento de decisões morais (Greene, 2007; Greene et al., 2001, 2004, 2008, 2009), pois, perante um dilema moral, a norma da meritocracia parece interagir com as emoções despoletadas pelos indivíduos envolvidos. Por fim, encontrámos ainda indicações de que,

perante um dilema moral, a pena é uma emoção suficientemente forte para dominar o processo de tomada de decisão.

Acima de tudo, os estudos realizados ajudam-nos a entender melhor a complexidade das relações intergrupais e demonstram que a meritocracia, apesar de ser um fator que tem sido largamente ignorado pela pesquisa sobre decisões socialmente críticas, é relevante para o entendimento de atitudes intergrupais diferenciadas pelo estatuto.

Referências bibliográficas

- Aronson, E., Wilson, T. D., & Brewer, M. B. (1998). Experimentation in social psychology. In G. Lindsay & E. Aronson (Eds.), *The handbook of social psychology* (4th ed., Vol.1, pp. 99-142). Boston, MA: McGraw-Hill.
- Bargh, J. A. (1989). Conditional automaticity: Varieties of automatic influence in social perception and cognition. *Unintended thought*, 3, 51-69.
- Bargh, J. A., Chen, M., & Burrows, L. (1996). Automaticity of social behavior: Direct effects of trait construct and stereotype activation on action. *Journal of personality and social psychology*, 71(2), 230.
- Bauman, C. W., McGraw, A. P., Bartels, D. M., & Warren, C. (2014). Revisiting external validity: Concerns about trolley problems and other sacrificial dilemmas in moral psychology. *Social and Personality Psychology Compass*, 8(9), 536-554.
- Bennis, W. M., Medin, D. L., & Bartels, D. M. (2010). The costs and benefits of calculation and moral rules. *Perspectives on Psychological Science*, 5(2), 187-202.
- Brewer, M. B. (1999). The psychology of prejudice: Ingroup love or outgroup hate?. *Journal of social issues*, 55, 429-444.
- Cialdini, R. B. (1993). *Influence: The psychology of persuasion*. New York: Morrow.
- Cialdini, R. B., Kallgren, C. A., & Reno, R. R. (1991). A focus theory of normative conduct: A theoretical refinement and reevaluation of the role of norms in human behavior. *Advances in experimental social psychology*, 24(20), 1-243.

- Cialdini, R. B., Reno, R. R., & Kallgren, C. A. (1990). A focus theory of normative conduct: recycling the concept of norms to reduce littering in public places. *Journal of personality and social psychology*, 58(6), 1015.
- Cikara, M., Farnsworth, R. A., Harris, L. T., & Fiske, S. T. (2010). On the wrong side of the trolley track: Neural correlates of relative social valuation. *Social cognitive and affective neuroscience*, 5(4), 404-413.
- Correll, J., Park, B., Judd, C. M., & Wittenbrink, B. (2002). The police officer's dilemma: using ethnicity to disambiguate potentially threatening individuals. *Journal of personality and social psychology*, 83(6), 1314.
- Correll, J., Park, B., Judd, C. M., Wittenbrink, B., Sadler, M. S., & Keese, T. (2007). Across the thin blue line: police officers and racial bias in the decision to shoot. *Journal of personality and social psychology*, 92(6), 1006.
- Costa-Lopes, R., & Pereira, C. (2012). A Normatividade das Atitudes e do Comportamento Social: Uma Introdução. Em: Costa-Lopes, R., & Pereira, C. (Orgs.). *A Normatividade das Atitudes e do Comportamento Social*. (pp. 3-12). Manuscrito não publicado.
- Costa-Lopes, R., Wigboldus, D., & Vala, J. (2012). Priming meritocracy increases implicit prejudice. Manuscrito não publicado.
- Cuddy, A. J., Rock, M. S., & Norton, M. I. (2007). Aid in the aftermath of Hurricane Katrina: Inferences of secondary emotions and intergroup helping. *Group Processes & Intergroup Relations*, 10(1), 107-118.

- Cushman, F., Young, L., & Hauser, M. (2006). The role of conscious reasoning and intuition in moral judgment testing three principles of harm. *Psychological science*, 17(12), 1082-1089.
- Deutsch, M., & Gerard, H. B. (1955). A study of normative and informational social influences upon individual judgment. *The journal of abnormal and social psychology*, 51(3), 629.
- Eberhardt, J. L., Goff, P. A., Purdie, V. J., & Davies, P. G. (2004). Seeing black: race, crime, and visual processing. *Journal of personality and social psychology*, 87(6), 876.
- Fiske, S. T., Cuddy, A. J., Glick, P., & Xu, J. (2002). A model of (often mixed) stereotype content: competence and warmth respectively follow from perceived status and competition. *Journal of personality and social psychology*, 82(6), 878.
- Fiske, S. T., Cuddy, A. J., & Glick, P. (2007). Universal dimensions of social cognition: Warmth and competence. *Trends in cognitive sciences*, 11(2), 77-83.
- Furnham, A. (1982). The Protestant work ethic and attitudes towards unemployment. *Journal of Occupational Psychology*, 55(4), 277-285.
- Green, A. R., Carney, D. R., Pallin, D. J., Ngo, L. H., Raymond, K. L., Iezzoni, L. I., & Banaji, M. R. (2007). Implicit bias among physicians and its prediction of thrombolysis decisions for black and white patients. *Journal of general internal medicine*, 22(9), 1231-1238.
- Greene, J. D. (2007). Why are VMPFC patients more utilitarian? A dual-process theory of moral judgment explains. *Update*, 11(8), 322-323.

- Greene, J. D., Cushman, F. A., Stewart, L. E., Lowenberg, K., Nystrom, L. E., & Cohen, J. D. (2009). Pushing moral buttons: The interaction between personal force and intention in moral judgment. *Cognition*, *111*(3), 364-371.
- Greene, J. D., Morelli, S. A., Lowenberg, K., Nystrom, L. E., & Cohen, J. D. (2008). Cognitive load selectively interferes with utilitarian moral judgment. *Cognition*, *107*(3), 1144-1154.
- Greene, J. D., Nystrom, L. E., Engell, A. D., Darley, J. M., & Cohen, J. D. (2004). The neural bases of cognitive conflict and control in moral judgment. *Neuron*, *44*(2), 389-400.
- Greene, J. D., Sommerville, R. B., Nystrom, L. E., Darley, J. M., & Cohen, J. D. (2001). An fMRI investigation of emotional engagement in moral judgment. *Science*, *293*(5537), 2105-2108.
- Haidt, J. (2001). The emotional dog and its rational tail: a social intuitionist approach to moral judgment. *Psychological review*, *108*(4), 814.
- Hare, R. M. (1981). *Moral thinking*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- Harris, L. T., & Fiske, S. T. (2006). Dehumanizing the lowest of the low neuroimaging responses to extreme out-groups. *Psychological science*, *17*(10), 847-853.
- Harris, L. T., & Fiske, S. T. (2009). Social neuroscience evidence for dehumanised perception. *European review of social psychology*, *20*(1), 192-231.

- Haslam, N. (2006). Dehumanization: An integrative review. *Personality and social psychology review*, 10(3), 252-264.
- Hauser, M., Cushman, F., Young, L., Kang-Xing Jin, R., & Mikhail, J. (2007). A dissociation between moral judgments and justifications. *Mind & language*, 22(1), 1-21.
- Johnson, D. J., Wortman, J., Cheung, F., Hein, M., Lucas, R. E., Donnellan, M. B., Ebersole, C. R., & Narr, R. K. (2016). The Effects of Disgust on Moral Judgments Testing Moderators. *Social Psychological and Personality Science*, 1948550616654211.
- Kant, I. (1959). *Foundation of the metaphysics of morals*. Indianapolis, IN: Bobbs-Merrill. (Trabalho original publicado em 1785)
- Kluegel, J., & Smith, E. (1986). Beliefs about inequality: Americans' view of what is and what ought to be. *New: Aldine*.
- Latane, B., & Darley, J. M. (1970). *The unresponsive bystander: Why doesn't he help?* New York: Appleton-Century-Crofts.
- Lenton, A. P. (2002). *The price of prejudice: social categories influence monetary value of life*.
- Leyens, J. P., Rodriguez-Perez, A., Rodriguez-Torres, R., Gaunt, R., Paladino, M. P., Vaes, J., & Demoulin, S. (2001). Psychological essentialism and the differential attribution of uniquely human emotions to ingroups and outgroups. *European Journal of Social Psychology*, 31(4), 395-411.

- McCoy, S. K., & Major, B. (2007). Priming meritocracy and the psychological justification of inequality. *Journal of Experimental Social Psychology*, 43(3), 341-351.
- Mill, J.S. (1998). *Utilitarianism*. New York, NY: Oxford University Press. (Trabalho original publicado em 1861)
- Myers, D. G. (2010). *Social Psychology* (10th ed.). New York, NY: McGraw-Hill.
- Payne, B. K. (2001). Prejudice and perception: the role of automatic and controlled processes in misperceiving a weapon. *Journal of personality and social psychology*, 81(2), 181.
- Petrinovich, L., O'Neill, P., & Jorgensen, M. (1993). An empirical study of moral intuitions: Toward an evolutionary ethics. *Journal of personality and social psychology*, 64(3), 467.
- Prinz, J. (2006). The emotional basis of moral judgments. *Philosophical explorations*, 9(1), 29-43.
- Schacter, D. S., Gilbert, D. T., & Wegner, D. M. (2011). *Psychology* (2nd ed.). New York, NY: Worth.
- Schnall, S., Haidt, J., Clore, G. L., & Jordan, A. H. (2008). Disgust as embodied moral judgment. *Personality and social psychology bulletin*.
- Srull, T. K., & Wyer, R. S. (1979). The role of category accessibility in the interpretation of information about persons: Some determinants and implications. *Journal of Personality and Social Psychology*, 37(10), 1660.

Tajfel, H., & Turner, J. C. (1986). The Social Identity Theory of Intergroup Behavior. Em: Worchel, S., Austin, L. W. (Eds.). *Psychology of Intergroup Relations*. Chicago, IL: Nelson-Hall.

Ugazio, G., Lamm, C., & Singer, T. (2012). The role of emotions for moral judgments depends on the type of emotion and moral scenario. *Emotion*, 12(3), 579.

Vala, J., Lima, M. & Lopes, D. (2004). Social values, prejudice and solidarity in the European Union. Em: Arts, W. & Halman, L. (Eds.). *European values at the end of the millennium*. Leiden: Brill.

Wheatley, T., & Haidt, J. (2005). Hypnotic disgust makes moral judgments more severe. *Psychological science*, 16(10), 780-784.

Apêndice I. Correlações entre as afirmações do questionário pós-teste, a saliência da meritocracia e o grau de aceitabilidade do sacrifício de indivíduos de alto estatuto social – Estudo I

Tabela 4. Correlações entre afirmações do questionário pós-teste e a aceitabilidade do sacrifício da vítima – Estudo I.

Afirmação	<i>r</i>	<i>p</i>
A pessoa da fotografia merece aquilo que tem e o que lhe acontece na vida em geral.	-.13	.19
A vida da pessoa potencialmente sacrificada (i.e. o homem na segunda linha) tem menos valor que a vida das outras pessoas.	.10	.30
A pessoa potencialmente sacrificada merece tanto viver como cada uma das outras cinco pessoas da outra linha.	-.10	.32
Uma vida vale sempre menos que cinco vidas.	.54	< .01
O sucesso na vida está ao alcance de qualquer pessoa que esteja disposta a trabalhar para isso.	-.14	.15
A sociedade devia recompensar aqueles que mais trabalham e se esforçam.	.06	.53

Tabela 5. Correlações entre afirmações do questionário pós-teste e a saliência da meritocracia – Estudo I.

Afirmação	<i>r</i>	<i>p</i>
A pessoa da fotografia merece aquilo que tem e o que lhe acontece na vida em geral.	.06	.52
A vida da pessoa potencialmente sacrificada (i.e. o homem na segunda linha) tem menos valor que a vida das outras pessoas.	-.03	.80
A pessoa potencialmente sacrificada merece tanto viver como cada uma das outras cinco pessoas da outra linha.	.10	.31
Uma vida vale sempre menos que cinco vidas.	-.13	.17
O sucesso na vida está ao alcance de qualquer pessoa que esteja disposta a trabalhar para isso.	-.11	.27
A sociedade devia recompensar aqueles que mais trabalham e se esforçam.	< -.01	.98

Apêndice II. Correlações entre as afirmações do questionário pós-teste, a saliência da meritocracia e o grau de aceitabilidade do sacrifício de indivíduos de baixo estatuto social – Estudo I

Tabela 6. Correlações entre afirmações do questionário pós-teste e a aceitabilidade do sacrifício da vítima – Estudo I.

Afirmação	<i>r</i>	<i>p</i>
A pessoa da fotografia merece aquilo que tem e o que lhe acontece na vida em geral.	-.01	.96
A vida da pessoa potencialmente sacrificada (i.e. o homem na segunda linha) tem menos valor que a vida das outras pessoas.	.19	.06
A pessoa potencialmente sacrificada merece tanto viver como cada uma das outras cinco pessoas da outra linha.	.04	.67
Uma vida vale sempre menos que cinco vidas.	.63	< .01
O sucesso na vida está ao alcance de qualquer pessoa que esteja disposta a trabalhar para isso.	-.06	.58
A sociedade devia recompensar aqueles que mais trabalham e se esforçam.	-.11	.30

Tabela 7. Correlações entre afirmações do questionário pós-teste e a saliência da meritocracia – Estudo I.

Afirmação	<i>r</i>	<i>p</i>
A pessoa da fotografia merece aquilo que tem e o que lhe acontece na vida em geral.	< .01	.97
A vida da pessoa potencialmente sacrificada (i.e. o homem na segunda linha) tem menos valor que a vida das outras pessoas.	.06	.56
A pessoa potencialmente sacrificada merece tanto viver como cada uma das outras cinco pessoas da outra linha.	.05	.65
Uma vida vale sempre menos que cinco vidas.	.07	.48
O sucesso na vida está ao alcance de qualquer pessoa que esteja disposta a trabalhar para isso.	.09	.43
A sociedade devia recompensar aqueles que mais trabalham e se esforçam.	.13	.22

Apêndice III. Comparação dos níveis médios de pena, repulsa e percepção da situação de vida dos indivíduos retratados com o ponto médio da escala de Likert – Pré-teste.

Tabela 8. Comparação dos níveis médios de pena, repulsa e percepção da situação de vida dos indivíduos retratados com o ponto médio da escala de Likert usada no pré-teste.

Fotografia	Situação de vida		Repulsa		Pena	
	<i>t</i>	<i>p</i>	<i>t</i>	<i>p</i>	<i>t</i>	<i>p</i>
Alto estatuto I*	4.20	< .01	-14.43	< .01	-8.58	< .01
Alto estatuto II*	8.59	< .01	-19.67	< .01	-44.32	< .01
Alto estatuto III*	4.04	< .01	-12.43	< .01	-30.85	< .01
Alto estatuto IV*	4.05	< .01	-26.23	< .01	-26.23	< .01
Sem-abrigo I**	-15.14	< .01	-5.28	< .01	2.78	.01
Sem-abrigo II**	-20.88	< .01	-6.65	< .01	.94	.36
Sem-abrigo III**	-16.38	< .01	-9.55	< .01	1.21	.24
Sem-abrigo IV**	-23.97	< .01	-9.37	< .01	1.97	.06
Toxicodependente I***	-14.64	< .01	1.37	.19	.53	.60
Toxicodependente II***	-14.64	< .01	.38	.71	.52	.61
Toxicodependente III***	-31	< .01	.22	.83	.24	.81
Toxicodependente IV***	-9.12	< .01	-.74	.47	-.19	.85

Nota: N = 20. *Ver Anexo V; **Ver Anexo VI; ***Ver Anexo VII.

Apêndice IV. Resultados da ANOVA do impacto da saliência da meritocracia e do grupo social da vítima na aceitabilidade do sacrifício – Estudo II

Tabela 9. Análise de variância (ANOVA) da aceitabilidade do sacrifício consoante a saliência da meritocracia e o estatuto social da vítima.

	<i>df</i>	<i>F</i>	<i>p</i>
Saliência da meritocracia	1	1.38	.24
Grupo social da vítima	2	1.99	.14
Interação das variáveis independentes	2	.98	.38

Nota: N = 141

Apêndice V. Correlações entre as afirmações do questionário pós-teste, a saliência da meritocracia e o grau de aceitabilidade do sacrifício de indivíduos de alto estatuto social – Estudo II

Tabela 10. Correlações entre afirmações do questionário pós-teste e a aceitabilidade do sacrifício da vítima – Estudo II.

Afirmação	<i>r</i>	<i>p</i>
A pessoa da fotografia merece aquilo que tem e o que lhe acontece na vida em geral.	-.01	.93
A vida da pessoa potencialmente sacrificada (i.e. o homem na segunda linha) tem menos valor que a vida das outras pessoas.	.04	.79
A pessoa potencialmente sacrificada merece tanto viver como cada uma das outras cinco pessoas da outra linha.	.18	.24
Uma vida vale sempre menos que cinco vidas.	.56	< .01
O sucesso na vida está ao alcance de qualquer pessoa que esteja disposta a trabalhar para isso.	< .01	.99
A sociedade devia recompensar aqueles que mais trabalham e se esforçam.	-.11	.47

Tabela 11. Correlações entre afirmações do questionário pós-teste e a saliência da meritocracia – Estudo II.

Afirmação	<i>r</i>	<i>p</i>
A pessoa da fotografia merece aquilo que tem e o que lhe acontece na vida em geral.	-.19	.21
A vida da pessoa potencialmente sacrificada (i.e. o homem na segunda linha) tem menos valor que a vida das outras pessoas.	.18	.22
A pessoa potencialmente sacrificada merece tanto viver como cada uma das outras cinco pessoas da outra linha.	-.04	.80
Uma vida vale sempre menos que cinco vidas.	-.03	.85
O sucesso na vida está ao alcance de qualquer pessoa que esteja disposta a trabalhar para isso.	.04	.79
A sociedade devia recompensar aqueles que mais trabalham e se esforçam.	.32	.03

Apêndice VI. Correlações entre as afirmações do questionário pós-teste, a saliência da meritocracia e o grau de aceitabilidade do sacrifício de toxicodependentes – Estudo II

Tabela 12. Correlações entre afirmações do questionário pós-teste e a aceitabilidade do sacrifício da vítima – Estudo II.

Afirmação	<i>r</i>	<i>p</i>
A pessoa da fotografia merece aquilo que tem e o que lhe acontece na vida em geral.	.09	.59
A vida da pessoa potencialmente sacrificada (i.e. o homem na segunda linha) tem menos valor que a vida das outras pessoas.	.26	.09
A pessoa potencialmente sacrificada merece tanto viver como cada uma das outras cinco pessoas da outra linha.	-.23	.15
Uma vida vale sempre menos que cinco vidas.	.66	< .01
O sucesso na vida está ao alcance de qualquer pessoa que esteja disposta a trabalhar para isso.	.21	.19
A sociedade devia recompensar aqueles que mais trabalham e se esforçam.	.05	.76

Tabela 13. Correlações entre afirmações do questionário pós-teste e a saliência da meritocracia – Estudo II.

Afirmação	<i>r</i>	<i>p</i>
A pessoa da fotografia merece aquilo que tem e o que lhe acontece na vida em geral.	.20	.21
A vida da pessoa potencialmente sacrificada (i.e. o homem na segunda linha) tem menos valor que a vida das outras pessoas.	.07	.66
A pessoa potencialmente sacrificada merece tanto viver como cada uma das outras cinco pessoas da outra linha.	-.15	.36
Uma vida vale sempre menos que cinco vidas.	.12	.43
O sucesso na vida está ao alcance de qualquer pessoa que esteja disposta a trabalhar para isso.	.20	.20
A sociedade devia recompensar aqueles que mais trabalham e se esforçam.	.17	.28

Apêndice VII. Correlações entre as afirmações do questionário pós-teste, a saliência da meritocracia e o grau de aceitabilidade do sacrifício de sem-abrigos – Estudo II

Tabela 14. Correlações entre afirmações do questionário pós-teste e a aceitabilidade do sacrifício da vítima – Estudo II.

Afirmação	<i>r</i>	<i>p</i>
A pessoa da fotografia merece aquilo que tem e o que lhe acontece na vida em geral.	.01	.92
A vida da pessoa potencialmente sacrificada (i.e. o homem na segunda linha) tem menos valor que a vida das outras pessoas.	-.4	.76
A pessoa potencialmente sacrificada merece tanto viver como cada uma das outras cinco pessoas da outra linha.	-.33	.02
Uma vida vale sempre menos que cinco vidas.	.50	< .01
O sucesso na vida está ao alcance de qualquer pessoa que esteja disposta a trabalhar para isso.	.25	.08
A sociedade devia recompensar aqueles que mais trabalham e se esforçam.	.32	.02

Tabela 15. Correlações entre afirmações do questionário pós-teste e a saliência da meritocracia – Estudo II.

Afirmação	<i>r</i>	<i>p</i>
A pessoa da fotografia merece aquilo que tem e o que lhe acontece na vida em geral.	< .01	1
A vida da pessoa potencialmente sacrificada (i.e. o homem na segunda linha) tem menos valor que a vida das outras pessoas.	-.12	.40
A pessoa potencialmente sacrificada merece tanto viver como cada uma das outras cinco pessoas da outra linha.	-.09	.52
Uma vida vale sempre menos que cinco vidas.	-.16	.27
O sucesso na vida está ao alcance de qualquer pessoa que esteja disposta a trabalhar para isso.	-.03	.84
A sociedade devia recompensar aqueles que mais trabalham e se esforçam.	.05	.72

Apêndice VIII. Médias da aceitabilidade do sacrifício de um indivíduo, dispostas por género e condição experimental – Estudo I

Tabela 16. Médias da aceitabilidade do sacrifício de um indivíduo, dispostas por condição experimental – Estudo I, participantes femininas.

Saliência da meritocracia	Estatuto social	Média	Desvio-padrão	Intervalo de confiança a 95%	
				Limite inferior	Limite superior
Não saliente	Baixo estatuto	4.21	2.23	3.46	4.95
	Alto estatuto	5.85	1.92	5.22	6.48
Saliente	Baixo estatuto	5.17	2.07	4.44	5.91
	Alto estatuto	5.67	2.24	4.97	6.36

Tabela 17. Médias da aceitabilidade do sacrifício de um indivíduo, dispostas por condição experimental – Estudo I, participantes masculinos.

Saliência da meritocracia	Estatuto social	Média	Desvio-padrão	Intervalo de confiança a 95%	
				Limite inferior	Limite superior
Não saliente	Baixo estatuto	5.44	2.98	4.42	6.47
	Alto estatuto	6.33	2.50	4.89	7.78
Saliente	Baixo estatuto	4.18	2.52	2.88	5.49
	Alto estatuto	7.15	1.46	5.95	8.36

Anexo I. Conjuntos de palavras utilizados na tarefa de desembaralhamento de frases

Tabela 18. Conjuntos de palavras desordenadas que visam salientar a meritocracia e frases correspondentes.

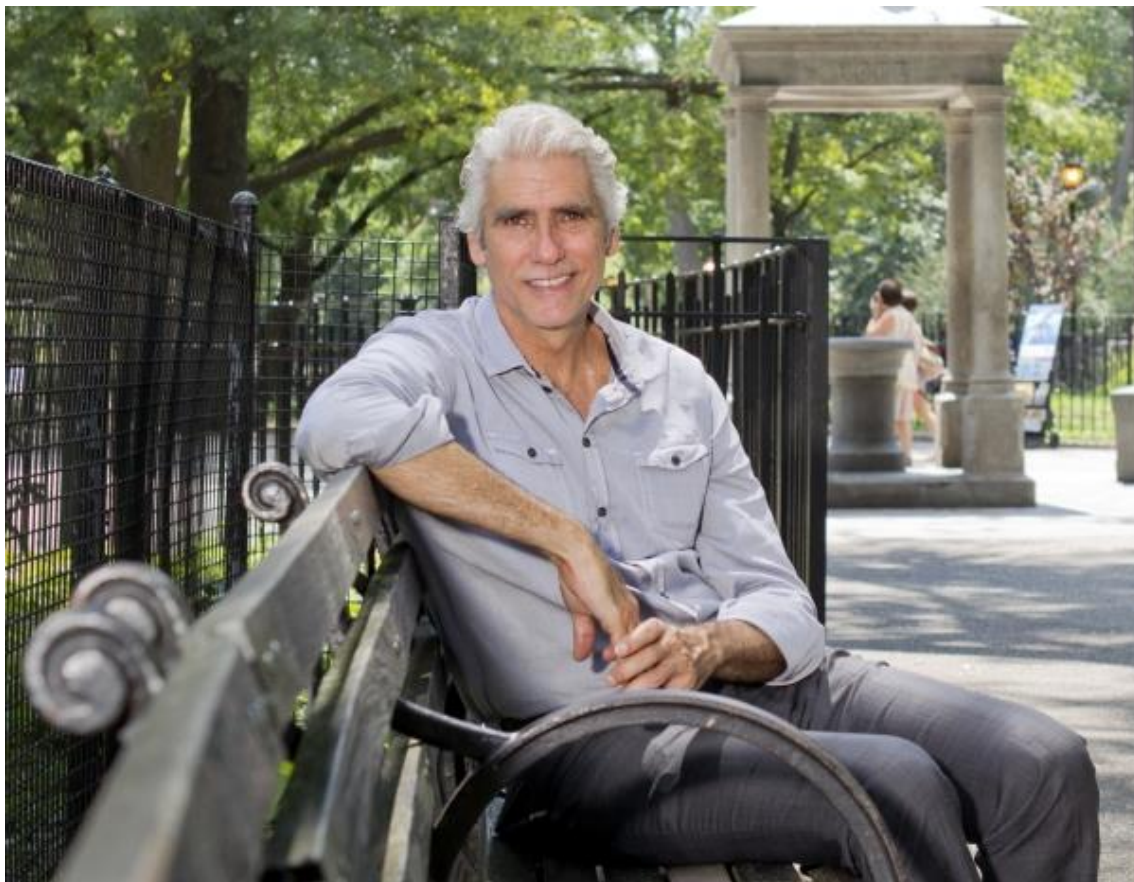
Palavras desordenadas	Frase resultante
sucesso pessoas não andar preguiçosas têm	Pessoas preguiçosas não têm sucesso
tem se quem sucesso dossier esforça	Quem se esforça tem sucesso
preguiçosas serpente sem pessoas são sucesso	Pessoas sem sucesso são preguiçosas
quem encontrar mais mais recebe trabalha	Quem mais trabalha mais recebe
se dinheiro berlinde muito trabalhou tem	Se trabalhou tem muito dinheiro
quem mal trabalha árvore está não	Quem está mal não trabalha
safam os melhores gatos se só	Só os melhores se safam
as esforço competem dependem recompensas do	As recompensas dependem do esforço
riqueza resulta trabalho orientação a do	A riqueza resulta do trabalho
esforçar devemos pimento nos todos nós	Todos nós nos devemos esforçar

Tabela 19. Conjuntos de palavras desordenadas que transmitem conteúdo neutro e frases correspondentes.

Palavras desordenadas	Frase resultante
voltámos das batatas ainda compras agora*	Ainda agora voltámos das compras
uma europeia cidade Turquia é Lisboa*	Lisboa é uma cidade europeia
vacas frescas as são flores campestres*	As flores campestres são frescas
te esqueças gato do casaco não*	Não te esqueças do casaco
filme algo parado ler é viajar*	Ler algo é viajar parado
triciclo calculadora poupa usar uma tempo*	Usar uma calculadora poupa tempo
voam pássaros os hipopótamos alto muito*	Os pássaros voam muito alto
passa faculdade o muito tempo depressa*	O tempo passa muito depressa
conselheira a dia é boa noite	A noite é boa conselheira
ela cozinhar apartamento de peixe gosta	Ela gosta de cozinhar peixe
uma teve boa silenciosa ele ideia	Ele teve uma boa ideia
canais relógios televisão muitos a tem	A televisão tem muitos canais
chapéu usa quando calções chove ela	Quando chove ela usa chapéu
ela bolos de gatos gosta muito	Ela gosta muito de gatos
os a gravidade puxa bananas objetos	A gravidade puxa os objetos
forma semelhante clareza de génios pensam	Génios pensam de forma semelhante
ouvir superfície é bastante a lisa	A superfície é bastante lisa
chover acho sol que vai amanhã	Acho que amanhã vai chover

*Conjuntos de palavras desordenadas, que transmitem conteúdo neutro, apresentadas na condição experimental.

Anexo II. Fotografias exibidas aos participantes da condição de alto estatuto social –
Estudo I



Anexo III. Fotografias exibidas aos participantes da condição de baixo estatuto social –
Estudo I



Anexo IV. Afirmações que compõe o questionário pós-teste

Tabela 20. Afirmações, relativas à crença na meritocracia, que compõe o questionário pós-teste.

Afirmação
1. A pessoa da fotografia merece aquilo que tem e o que lhe acontece na vida em geral.
2. A vida da pessoa potencialmente sacrificada (i.e. o homem na segunda linha) tem menos valor que a vida das outras pessoas.
3. A pessoa potencialmente sacrificada merece tanto viver como cada uma das outras cinco pessoas da outra linha.
4. Uma vida vale sempre menos que cinco vidas.
5. O sucesso na vida está ao alcance de qualquer pessoa que esteja disposta a trabalhar para isso.
6. A sociedade devia recompensar aqueles que mais trabalham e se esforçam.

Anexo V. Fotografias dos indivíduos de alto estatuto social exibidas no pré-teste

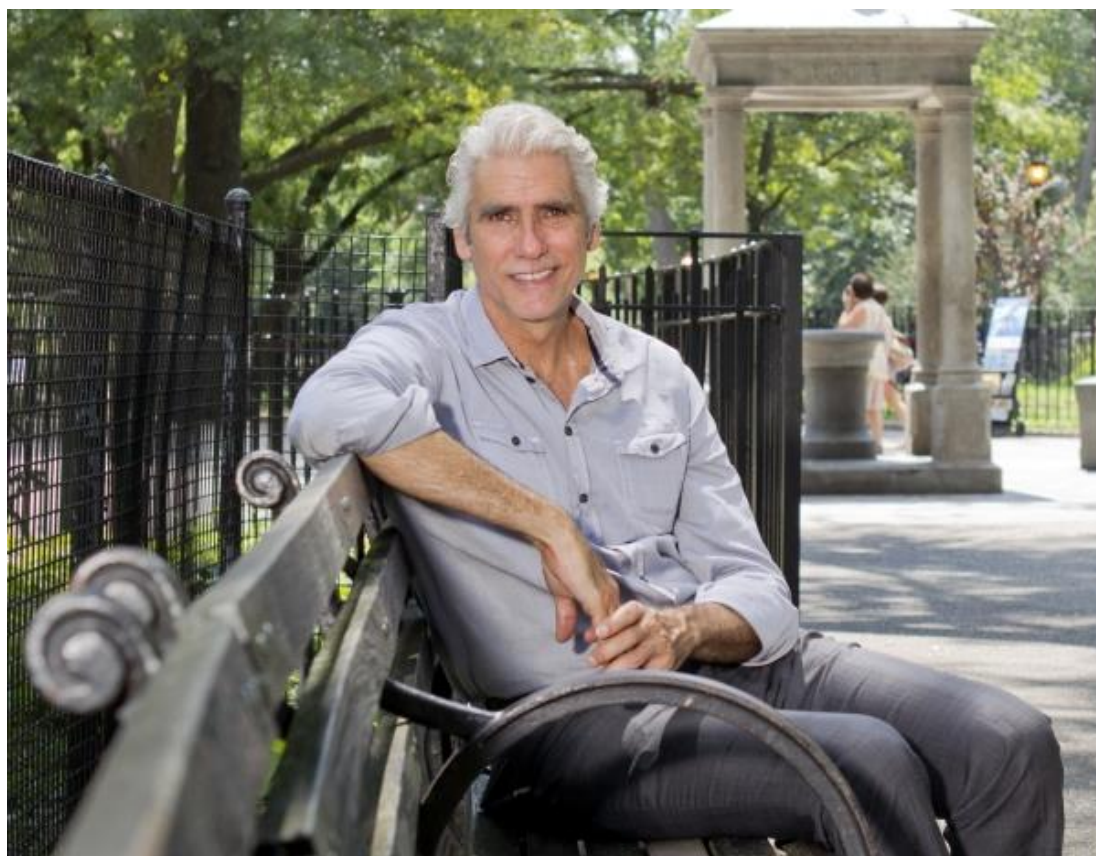


Figura 1. Alto estatuto I.



Figura 2. Alto estatuto II.



Figura 3. Alto estatuto III.

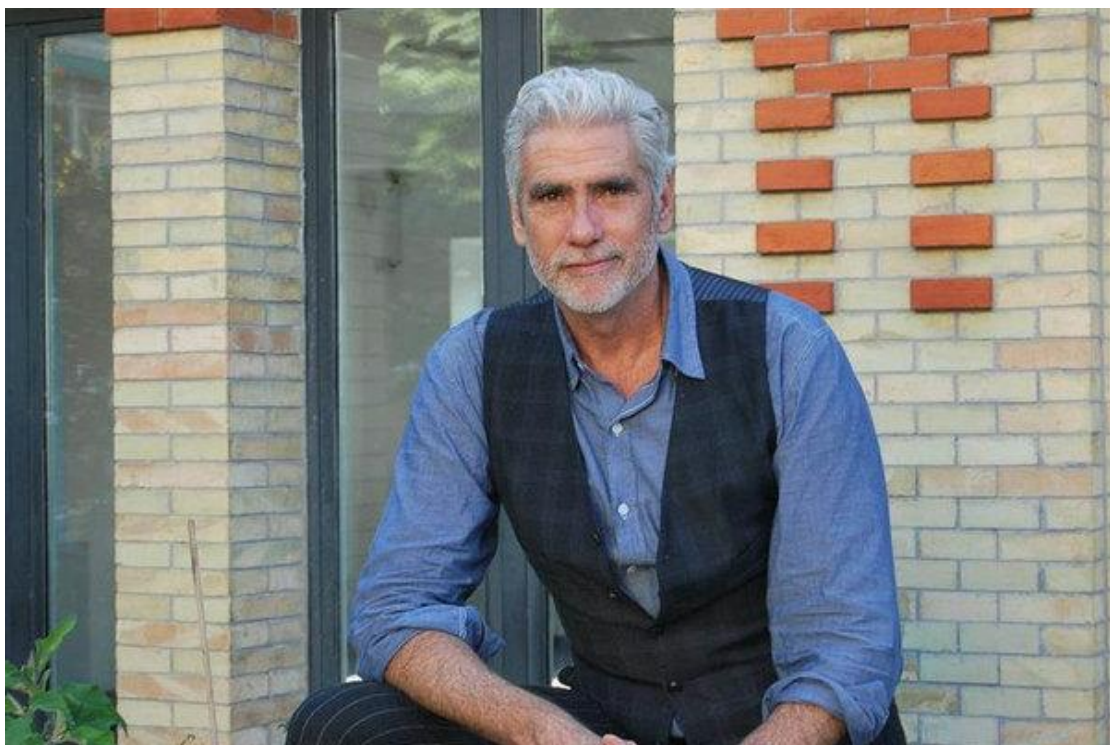


Figura 4. Alto estatuto IV.

Anexo VI. Fotografias de sem-abrigos exibidas no pré-teste



Figura 5. Sem-abrigo I.



Figura 6. Sem-abrigo II.



Figura 7. Sem-abrigo III.



Figura 8. Sem-abrigo IV.

Anexo VII. Fotografias de toxicodependentes exibidas no pré-teste

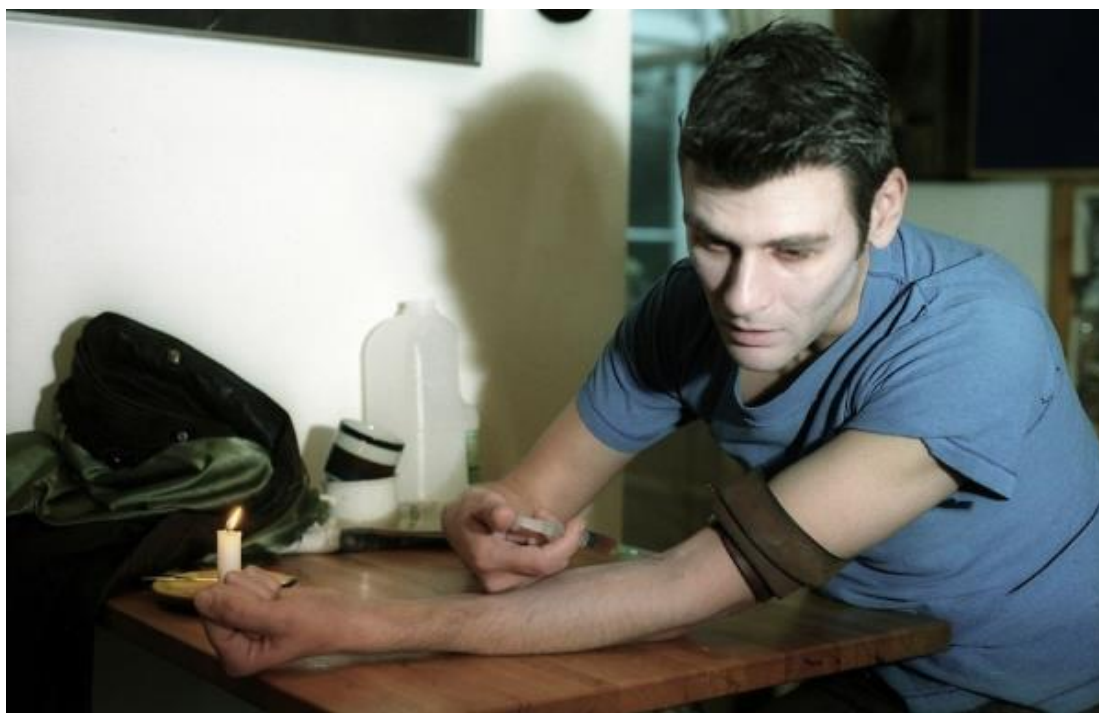


Figura 9. Toxicodependente I.



Figura 10. Toxicodependente II.



Figura 11. Toxicodependente III.

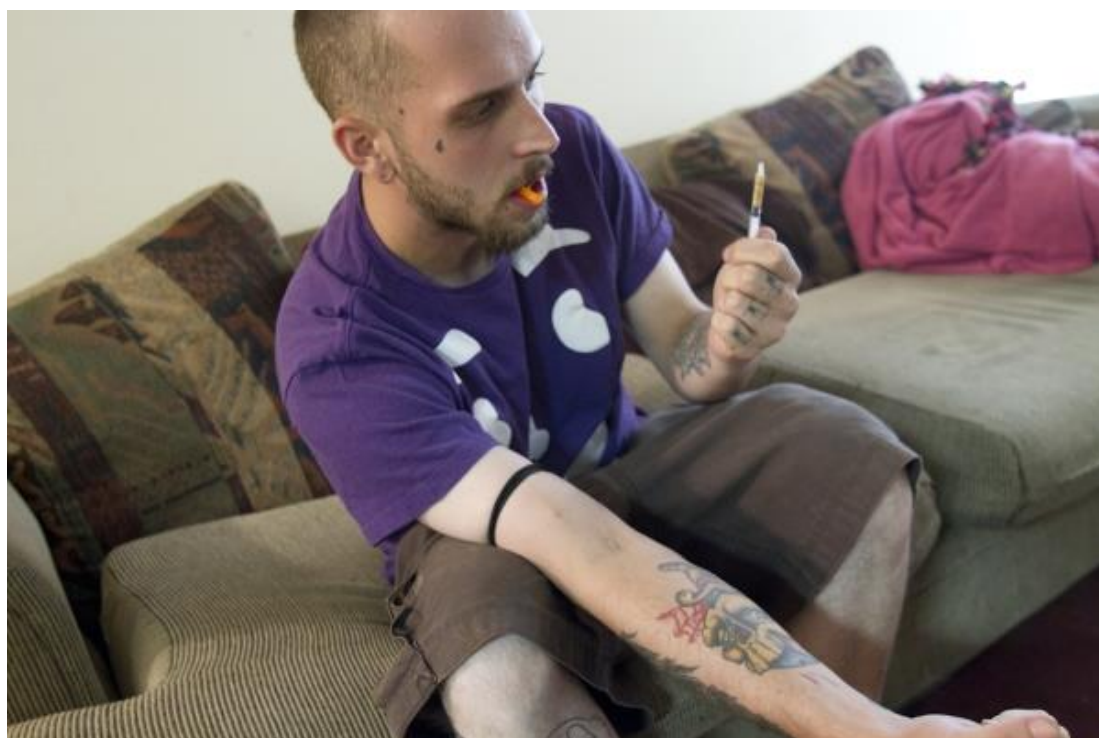


Figura 12. Toxicodependente IV.